



APNOR

Instituto Politécnico de Viana do Castelo
Escola Superior de Tecnologia e Gestão

Mestrado em Contabilidade e Finanças
Relatório de Estágio

A Gestão de Carteiras e a Contabilização de Instrumentos Financeiros

Ângela Isabel Alpoim da Cunha

Julho de 2019



Relatório de Estágio

Ângela Isabel Alpoim da Cunha

Julho de 2019

Nome: Ângela Isabel Alpoim da Cunha

Número de aluno: 15615

Mestrado: Contabilidade e Finanças

Estabelecimento de Ensino: IPVC- Escola Superior de Tecnologia e Gestão

Empresa Recetora do Estágio: M^a Natália Silva Nascimento

Morada: Rua da Lagoa, 496

4930-508 S. Pedro da Torre, Valença

Contacto: 251838047

Supervisor na Empresa: Natália Nascimento

CC nº: 40296

Orientador na IPVC-ESTG: Professor Nuno Domingues

CC nº: 17827

Duração do Estágio: 6 meses

Data de Início do Estágio: 1 de fevereiro de 2018

Data de Conclusão do Estágio: 31 de julho de 2018

Resumo

O presente relatório foi realizado como etapa final de um estágio curricular realizado no âmbito do Mestrado em Contabilidade e Finanças do Instituto Politécnico de Viana do Castelo, que decorreu no período de 1 de fevereiro de 2018 a 31 de julho de 2018, num gabinete que presta serviços de contabilidade e gestão a outras empresas.

Este relatório também reflete sobre o tópico de gestão de carteiras e como contabilizamos os instrumentos financeiros. Numa primeira parte, é aprofundada a temática da gestão de ativos financeiros agrupados em carteiras, fazendo uma análise mais específica dos instrumentos financeiros adquiridos por empresas e a sua influência na contabilidade. Depois numa segunda parte, é apresentada a empresa que acolheu o meu estágio e a descrição das atividades aí desenvolvidas sendo estas cruciais para o desempenho da atividade profissional, com a sua devida fundamentação.

Palavras-Chave: Ativos Financeiros, NCRF 27, Gestão de Carteiras, Estágio OCC

Abstract

This report was carried out as a final stage of a curricular internship held under the Master's Degree in Accounting and Finance of the Polytechnic Institute of Viana do Castelo, which ran from february 1, 2018 to july 31, 2018, accounting and management services to other companies.

This report also reflects on the topic of portfolio management and how we account for financial instruments. In the first part, the theme of the management of financial assets grouped in portfolios is explored, making a more specific analysis of the financial instruments acquired by companies and their influence in the accounting. Then in a second part, the company that hosted my internship and the description of the activities developed there are presented, which are crucial for the performance of the professional activity, with its due reasoning.

Key-words: Financial Assets, NCRF 27, Portfolio Management, OCC Internship

Agradecimentos

Durante os últimos dois anos, período de realização do mestrado, aprendi também o profundo sentido do ditado português “a união faz a força”. De facto, chegados a esta etapa gostaria de agradecer a todos aqueles que de uma forma ou outra, se uniram a mim nesta etapa e contribuíram para a realização deste relatório, já que este caminho nunca se faz sozinho.

Gostaria de agradecer à minha família, em especial aos meus pais e marido que têm dado todo o seu apoio e motivação para seguir em frente e alcançar as minhas metas pessoais, sem eles sei que seria muito improvável terminar esta etapa.

Assim, gostaria de agradecer a disponibilidade, prontidão e atenção do meu orientador de estágio Professor Nuno Domingues e à Professora Marta Guerreiro, orientadora do mestrado, pelo apoio proporcionado.

Por fim, gostaria de agradecer à Dra. Natália Nascimento, orientadora na empresa que me acolheu neste estágio curricular, pela ajuda constante e pelo tempo dispensado em ensinar-me.

A todos, muito obrigada!

Índice

Resumo.....	iv
Abstract.....	v
Agradecimentos.....	vi
Índice de Figuras.....	viii
Índice de Tabelas.....	viii
Índice de Equações.....	viii
Lista de Abreviaturas e Siglas.....	ix
Introdução.....	1
Capítulo I- Apresentação do Estágio.....	2
1.1- Caracterização da Empresa.....	2
1.1.1- Breve histórico.....	2
1.2- Plano de Estágio.....	3
1.3- Trabalho desenvolvido.....	4
1.3.1- Organização de Documentos segundo o sistema de normalização contabilístico.....	4
1.3.2- Inscrição de Trabalhadores e Processamento de salários.....	4
1.3.3- Práticas de controlo interno.....	6
1.3.4- Principais Obrigações Fiscais.....	9
1.3.5- Encerramento de Contas das Empresas.....	18
1.4- Análise do estágio.....	23
Capítulo II- A Gestão de Carteiras e a Contabilização de Instrumentos Financeiros ...	25
2.1- A Gestão de Carteiras.....	25
2.2- Contabilização de Instrumentos Financeiros.....	37
Capítulo III- Estudo aplicado ao Estágio.....	45
3.1- Inquérito de avaliação dos clientes quanto à Gestão de Carteiras.....	45
3.2- Análise dos resultados, limitações e possíveis melhorias.....	46
Capítulo IV- Conclusões.....	48
Bibliografia.....	50
Legislação.....	53
Referências WEB.....	53
Anexo I.....	54
Anexo II.....	55
Anexo III.....	56

Índice de Figuras

Figura 1- Fundos de Compensação (Fonte: elaboração própria).....	10
Figura 2- taxas de retenção na fonte (Fonte: elaboração própria)	11
Figura 3- Estimativa de Cálculo de Pagamento por Conta (Fonte: elaboração própria)	13
Figura 4- Estimativa de Pagamento Especial por Conta (Fonte: elaboração própria)	14
Figura 5- Tipos de depreciações mencionados na NCRF 7 (Fonte: elaboração própria)	19
Figura 6- Provisões, ativos contingentes e passivos contingentes (Fonte: elaboração própria)	21
Figura 7- Diagrama Clássico risco/retorno de Markowitz 1959 (Fonte Markowitz, H. (1959). Portfolio selection: efficient diversification os investments. New York, USA: John Wiley & Sons.:)	27
Figura 8- Categorias de Ativos financeiros (Fonte: elaboração própria)	38
Figura 9- Ativos Financeiros (Fonte: elaboração própria).....	39
Figura 10- Passivos Financeiros (Fonte: elaboração própria)	39
Figura 11-Categoria de Fundos de Investimento (Fonte: elaboração própria).....	41

Índice de Tabelas

Tabela 1- Taxas de Contribuição à SS (Fonte: elaboração própria)	11
--	----

Índice de Equações

Equação 1 - Taxa de retorno esperado da carteira	27
Equação 2- Coeficiente de Treynor.....	32
Equação 3- Índice de Sharpe.....	33
Equação 4 - Valor Alpha de Jensen.....	33

Lista de Abreviaturas e Siglas

AF- Ativo Financeiro

AG- Assembleia Geral

AT- Autoridade Tributária

CAPM- *Capital Asset Pricing Model*

CIVA- Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado

CP- Capital Próprio

DMR- Declaração Mensal de Remunerações

FSE- Fornecimentos e Serviços Externos

IAS- Indexante dos Apoios Sociais

IRS- Imposto sobre Rendimentos de pessoas Singulares

IVA- Imposto sobre o Valor Acrescentado

NCRF- ESNL- Norma Contabilística e de Relato Financeiro de Entidades do Sector não Lucrativo

OCC- Ordem dos Contabilistas Certificados

PAC- Política Agrícola Comum

PEC- Pagamento Especial por Conta

PPC- Pagamento por Conta

SS- Segurança Social

TSU- Taxa Social Única

Introdução

O mundo empresarial tem-se apresentado como um dos grandes geradores de riqueza, mas também de postos de trabalho e inclusão social. Por um lado, o foco das empresas é produzir ou prestar serviços que se traduzam em lucros, mas por outro lado, isso seria muito difícil de alcançar se a contabilidade das empresas não estivesse devidamente regulada, uma vez que desempenha um papel cada vez mais importante na sociedade e no mundo empresarial.

Assim, tal como as contas devem ser controladas e geridas, os investimentos também. Este facto despertou o meu interesse em abordar os ativos financeiros. Esta área deixou de ser uma fonte de rendimento para alguns investidores, principalmente após a crise de 2011, onde os mercados perderam a sua credibilidade e os investidores a sua vontade de arriscar.

O presente relatório está dividido em 2 partes, iniciando pela revisão de literatura, onde é abordado o tema de gestão de carteiras e a sua contabilização, à luz da NCRF (Norma Contabilística e de Relato Financeiro) 27, e onde é feito um pequeno enquadramento temporal, explicando quais os tipos de ativos e passivos financeiros, explicando assim as diversas modalidades em que se pode investir.

De seguida, é apresentado o capítulo destinado às atividades realizadas durante estes 6 meses de estágio no gabinete, onde foi possível consolidar muito os meus conhecimentos na área da contabilidade. No decorrer destas páginas são mencionadas as tarefas desenvolvidas, desde a organização de documentação, passando pela entrega das diversas declarações às quais os clientes devem responder como obrigações fiscais, e encerramento de contas. De seguida, é feito também um pequeno enquadramento da revisão literária com a modalidade de estágio, onde também foi possível observar o comportamento de vários tipos de investidores.

Por fim, o relatório termina com a apresentação sobre as conclusões acerca do relatório, nomeadamente acerca dos ativos financeiros que vamos abordar na revisão de literatura, e sobre o estágio no gabinete de contabilidade.

Capítulo I- Apresentação do Estágio

1.1- Caracterização da Empresa

Data de constituição: 1991

Atividade: 69200- Atividade de contabilidade e auditoria: consultoria fiscal

Número de Identificação Fiscal (NIF): 192922459

Número de trabalhadores: 2

Horário de Funcionamento: De Segunda a Sexta-feira; das 9h00 às 12h30, das 14h00 às 18:30

Morada: Rua da Lagoa, nº 496, 4930-508 S. Pedro da Torre, Valença

1.1.1- Breve histórico

Como já foi mencionado acima, a Dra. M^a Natália iniciou a sua atividade empresarial no ano 1991, a título individual e sem qualquer outro funcionário no momento. Contudo, foi crescendo pouco a pouco e ao fim de duas décadas contratou uma funcionária para fazer face ao aumento da sua carteira de clientes. Para além de ser uma empresa unipessoal, esta consegue cumprir com todas as suas obrigações para com os clientes, e respetivas entidades públicas, graças à sua forma sistemática de trabalho, que tem por base a organização de tarefas.

A empresa utiliza como software o “SAGE *Gestexper*”, com o módulo da contabilidade e de gestão dos recursos humanos, uma vez que faz um apoio integral às empresas, sendo que utiliza também o software do “Microsoft Office”, nomeadamente as ferramentas Word e Excel para a produção de documentos que auxiliam a contabilidade como controlo interno.

Embora a atividade principal deste escritório seja a contabilidade empresarial, fornece também aos seus clientes um serviço de apoio empresarial onde faz uma gestão integral dos seus recursos humanos e das suas obrigações fiscais, tais como entregas de todo o tipo de declarações e impostos, mantendo o cliente sempre informado da sua situação e suas obrigações, para que este possa fazer uma melhor gestão da sua empresa.

1.2- Plano de Estágio

O estágio foi realizado com base nos requisitos mencionados no artigo 9º do Regulamento de Inscrição e Estágio Profissional da Ordem dos Contabilistas Certificados, das quais são descritas abaixo:

- Aprendizagem sobre a organização da contabilidade e outros planos de contas considerados oficialmente de acordo com o SNC, no respeitante à sua receção, classificação, registo e conseqüente arquivo.
- Práticas de controlo interno
- Apuramento de contribuições e impostos, bem como as devidas declarações
- Monitorização das declarações à Segurança Social e Finanças, ao nível do processamento de salários
- Encerramento de contas e preparação das respetivas demonstrações financeiras que constituem o “dossier fiscal”
- Preparação da informação contabilística para posterior análise por parte da gestão, proporcionando informação periódica aos utilizadores das informações financeiras
- Acompanhar e identificar a resolução de problemas relacionados com a organização, contactando os serviços relacionados com a profissão.
- Interiorização e aplicação do código de ética e deontológico da Ordem dos Contabilistas Certificados (à frente mencionada como OCC)

1.3- Trabalho desenvolvido

1.3.1- Organização de Documentos segundo o sistema de normalização contabilístico

1.3.1.1- Receção, organização e arquivo dos documentos

Os documentos são entregues no gabinete de contabilidade pelos clientes, sendo que alguns clientes já trazem os documentos separados por natureza (exemplo: vendas, compras...) mas nem todos são organizados e, portanto, quando chegam ao gabinete guardamos num arquivo provisório para a posterior separação. Quando fazemos a separação dos documentos por data e natureza, devemos verificar se o nome e NIF corretos, se foi entregue o documento original e se cumpre com o disposto no número 5 do artigo 36º do CIVA (Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado), no que respeita também às taxas aplicáveis e quais os valores que constituem o valor tributável.

Depois de fazer todas essas verificações em cada documento, fazemos a sua classificação e posterior arquivo na pasta do cliente. Devido ao reduzido volume de faturação da maioria dos clientes, fazemos o registo de todas as transações no mesmo diário, fazendo o lançamento dos documentos começando pelas faturas e notas de crédito de vendas e serviços prestados, seguida das faturas e notas de crédito dos fornecedores, seguida dos recebimentos e pagamentos, terminando por outras transações e despesas bancárias. A documentação é separada por mês, sendo que cada série no programa contabilístico se inicia pelo número do mês do lançamento. O arquivo contabilístico fica, para uma grande quantidade dos casos, no gabinete durante o ano em exercício, e quando encerramos o ano os clientes vêm levantar as pastas, pois torna-se mais prático para a consulta dos documentos. Porém, as pastas e toda a documentação relativa a contabilidade devem ser mantidas por, pelo menos, 10 anos civis pelo disposto no número 1 do artigo 52º do CIVA.

1.3.2- Inscrição de Trabalhadores e Processamento de salários

1.3.2.1- Inscrição/suspensão de trabalhadores

Quando uma empresa precisa de um trabalhador para preencher uma vaga na sua empresa, pode optar por recrutamento interno ou externo, através da subcontratação de uma empresa de recrutamento. Assim que se encontra a pessoa correta para a vaga, fazemos a sua inscrição na Segurança Social e Finanças, bem como nos Fundos de Compensação. Aquando da contratação do trabalhador, o gabinete tem um arquivo para cada empresa com a informação dos trabalhadores, desde o contrato, currículo e fotocópia do bilhete de cidadão (devidamente autorizado pelo trabalhador).

Para fazer a inscrição do trabalhador, acedemos à página da SS (Segurança Social) com o NISS e senha da entidade patronal, colocando a informação relativa ao trabalhador, e depois de

confirmada a informação por este, imprimimos o comprovativo e arquivamos na pasta. No que respeita à inscrição nos Fundos, o procedimento é similar e colocamos informação relativa ao tipo de contrato celebrado e a remuneração base mensal.

Para colocar o trabalhador na nossa base de dados, utilizamos um impresso standard "Ficha de Pessoal" onde contém informação pessoal, nomeadamente sobre o seu agregado familiar, situação para efeitos do IRS (Imposto sobre Rendimentos de pessoas Singulares) ou informação profissional.

1.3.2.2- Processamento de salários

Relativamente aos trabalhadores, cada cliente do gabinete tem uma pasta de arquivo relativa a pessoal, onde constam as suas fichas pessoais que são preenchidas quando são admitidos ao trabalho, com informação relevante para o cálculo dos salários e emissão dos respetivos recibos, elaboração de mapas para a contabilidade e respetiva taxa de IRS.

No processamento de salários, é necessário contactar com a empresa para saber os dias de trabalho de cada funcionário, eventuais faltas justificadas ou não, ajudas de custo e horas extra, bem como férias e subsídios para poder fazer o processamento. Caso a ficha pessoal do funcionário sofra alterações, deve fazer-se a atualização para que o processamento seja feito corretamente, bem como no caso das faltas, que devem ser registadas nas alterações mensais com informação relativa à sua ausência ao trabalho.

Para fazer o processamento manual de cada trabalhador, inserimos o número de dias de trabalho, contabilizando o subsídio de férias e de natal consoante a opção do funcionário, se pago em duodécimos ou não, e então imprimimos o Mapa de Resumo e enviamos à entidade patronal, nossa cliente.

No programa Sage CarePlus, acedemos ao menu Mapas, ao submenu Folha de férias, depois escolhemos o mês e selecionamos todos os funcionários para imprimir o mapa.

Relativamente à SS, exportamos o ficheiro através do menu Mapas, e do submenu Segurança Social, escolhemos o mês e é criado um ficheiro que guardamos no computador para mais tarde submeter no portal da Segurança Social.

1.3.3- Práticas de controlo interno

1.3.3.1- Comunicação de comissões faturas pelos bancos nacionais e estrangeiros no portal do Banco de Portugal

Quando uma empresa excede o valor de 100.000,00€ de volume de transações com o estrangeiro, é obrigada a partir do ano seguinte a comunicar no portal do Banco de Portugal as comissões que lhe são cobradas pelos distintos banco com os quais realiza transações com o estrangeiro, sejam eles nacionais ou estrangeiros (dentro da UE ou países terceiros)

No que refere a instituições bancárias nacionais, as comissões são comunicadas no portal, perto do dia 15 do mês seguinte, e posteriormente confirmadas pela empresa quanto à natureza da transação.

Quanto a bancos estrangeiros, temos de fazer a introdução manual dos valores, distinguindo entre as entradas, saídas, comissões cobradas e a posição (saldo) no fim do período (mês).

A entrada no portal faz-se através das senhas utilizadas para aceder ao portal das finanças.

As transações realizadas devem ser classificadas em função do fim, assim são associados códigos a cada transação. Os códigos que mais frequentes que utilizei nas transações foram:

- A1010- Exportações e Importações de Mercadorias
- Z1020- Transferências entre contas de residentes, no estrangeiro e em Portugal
- O1101- Depósitos e aplicações no exterior por residentes, com prazo <=1ano
- B2290- Operações com meios de pagamento excluindo cartões e moeda

Depois de inseridas todas as transações bancárias, guardamos os dados que já foram introduzidos e imprimimos as diferentes páginas para ficarmos com um registo do que foi realizado cada mês, e então submetemos/validamos os dados que tínhamos guardado.

1.3.3.2- Lançamentos Contabilísticos

Depois dos documentos estarem no arquivo provisório temos de fazer a classificação dos diferentes documentos. Durante a realização deste estágio, muito do tempo utilizado foi dispensado na classificação dos documentos, pois era uma área em que tinha muita dificuldade e muito importante para o nosso quotidiano. Os documentos que classifiquei foram faturas de clientes e notas de crédito, faturas de fornecedores e respetivas notas de crédito, documentos relativos ao recebimento de clientes e de pagamento a fornecedores, bem como os diversos documentos relativos aos bancos. Quanto a documentos do banco, era muito frequente a receção de despesas em comissões bancárias, impostos de selo, e juros cobrados, sendo também rececionados por algumas empresas documentos relativos a leasing de empilhadores e outros veículos (exemplo: carros para os comerciais), ou contratos locações, e mesmo empréstimos.

A cada documento era necessário verificar os requisitos de fatura comercial anteriormente mencionados, e verificar se estavam declarados no portal das finanças.

1.3.3.3- Reconciliação Bancária

Quando uma empresa realiza transações no mercado, contudo, nem sempre o que está na contabilidade corresponde exatamente com os movimentos refletidos nas suas contas bancárias, visto que por vezes são registadas as transações na contabilidade e apenas se regista na conta bancária à posterior, e outras em que estas se refletem na conta bancária, mas ainda não está na posse da empresa os documentos necessários à sua correta contabilização.

Deste modo, realizamos a reconciliação bancária para verificar se as transações refletidas nos extratos estão refletidas na sua contabilidade, o mais precisas possível. A técnica deve apresentar um resumo simples das transações pendentes, quer em trânsito nos bancos, quer na contabilidade, com uma breve justificação, de forma a refletir de forma clara as divergências entre os saldos bancário e contabilístico.

Como geralmente trabalhamos com empresas de diversas dimensões, podemos encontrar empresas com extratos de contas de vários bancos, assim devemos fazer uma reconciliação para cada extrato, diferenciando assim os movimentos de cada um.

Ao trabalharmos com as contas bancárias devemos ter em atenção que os débitos e os créditos contabilísticos correspondem aos créditos e débitos dos extratos bancários, respetivamente. Logo, se queremos por exemplo registar um depósito numa das contas, que no extrato seria um crédito (um aumento de dinheiro), devemos contabilizar este movimento a débito na contabilidade.

Quando fazemos a reconciliação bancária devemos verificar a igualdade dos saldos iniciais das contas do banco, quer no extrato quer na contabilidade, e depois verificar se os movimentos que constam no extrato bancário estão na contabilidade picando cada valor.

Depois de corrigirmos eventuais discrepâncias entre extratos, preenchemos a folha em formato EXCEL onde colocamos uma descrição dos valores em trânsito, sendo que no final da folha deve apresentar o saldo contabilístico.

Quando existam valores com mais de dois meses na reconciliação pendentes, devemos tentar encontrar resolução para esse valor, assim, se se tratar de documentação bancária que ainda não chegou aos nossos domínios, podemos pedir à instituição bancária uma segunda via do documento provatório. Caso seja por valores onde nós contabilizamos uma saída de dinheiro e a entidade recetora ainda não procedeu ao seu levantamento, por exemplo um cheque, podemos pedir ao banco o seu cancelamento e quando a entidade o queira cobrar podemos realizar um novo.

1.3.3.4- Verificação das faturas no Portal das Finanças

Para fazer uma comparação com a faturação emitida no portal das finanças e os documentos lançados na contabilidade de uma empresa, acedemos ao portal das finanças na secção do “e-fatura” com senhas de acesso de cada empresa. Deste modo, podemos confirmar os valores de IVA (Imposto sobre o Valor Acrescentado) a pagar e o volume de faturação, evitando que qualquer fatura fique sem classificar.

Para tal, selecionamos a faixa de tempo do qual queremos comparar as faturas e descarregamos o ficheiro de formato Microsoft Office Excel para podermos distinguir as faturas com incidência de IVA, somando o seu valor de IVA e o total da base de incidência.

Depois de termos esses valores comparamos com os que estão apresentados no balancete mensal, que extraímos do programa de lançamentos, somando os saldos das contas 71-Vendas e 72-Prestação de serviços.

No caso de existirem diferenças é fácil comprar o documento em falta com o extraído do portal das finanças.

1.3.3.5- Conferência de saldos de fornecedores/clientes e outras contas do balanço

Dado que todas as empresas têm a obrigação de enviar o ficheiro SAFT no portal das finanças, podemos usar essa fonte como suporte de comparação dos saldos dos clientes, quando estas não possuem um software de faturação, nesse caso podemos utilizá-lo.

Deste modo, quando fazemos a conferência de saldos dos clientes, devemos verificar se o saldo contabilístico corresponde com o de faturação. Visto que só devem ficar pendentes os valores faturados aos clientes, com exceção das notas de crédito, esta conta apresenta-se maioritariamente devedora.

Ao contrário da conta de fornecedores, como maioritariamente apresenta as faturas pendentes de pagamento, esta conta apresenta-se credora, excetuando quando se realizam notas de crédito.

Para melhor refletir a veracidade das transações com clientes e fornecedores, estes extratos contabilísticos devem ser preferencialmente confrontados com os saldos que o cliente/fornecedor tem nos seus registos. Pela mesma razão, esta verificação deve ser feita sempre que possível, mas principalmente realizada no término de cada exercício económico.

A contabilidade é composta por outras contas, também elas importantes para refletir a situação da empresa, tal como a conta 11-Caixa, deve ser verificada com a folha de fluxos de caixa quando a empresa a realize e verificar que nunca fica negativa. A conta 23-Pessoal deve conter

um saldo nulo uma vez que o pagamento de remunerações deve ser uma contrapartida do seu custo. As contas 242- Retenção de Impostos e a 245- Contribuições a segurança social, devem ter pendente apenas os valores do mês anterior. Quando revermos a conta 241-Imposto sobre o rendimento deve conter apenas 25% do saldo da conta 7911-Juros obtidos de depósitos. Por fim, as contas 2436-IVA a Pagar ou 2437-IVA A Receber, devem conter em saldo o valor dos dois meses anteriores, quando isto não ocorra temos de analisar se os meses anteriores estão devidamente processados e se necessário voltar a processar o Imposto sobre o Valor Acrescentado (adiante representado por IVA).

1.3.4- Principais Obrigações Fiscais

1.3.4.1- Comunicação mensal das faturas emitidas

As pessoas singulares ou coletivas que detenham sede, estabelecimento estável ou domicílio fiscal em território português e que aqui pratiquem operações sujeitas a IVA, isentas ou não, ficam obrigadas desde agosto de 2012 à comunicação de faturas à AT (Autoridade Tributária e aduaneira). Com esta prática, seria possível controlar situações de evasão fiscal, sendo que cada venda/compra deve ser acompanhada de documento provatório, de modo a evitar a economia paralela.

Assim, no Portal das Finanças é possível submeter o ficheiro SAF-T das empresas, que contém elementos relevantes para a faturação e que serão reportados à AT, extraído do programa de faturação dos clientes. Este ficheiro reúne informação fiscal num formato XML, de fácil extração e comum aos programas de faturação, sendo obrigatória a entrega até dia 15 do mês seguinte. A comunicação da faturação (pelo artigo 3º do DL 198/2012, de 24 de agosto) nos termos do CIVA pode ser por transmissão eletrónica, quer em tempo real pelo programa de faturação quer pela extração do ficheiro SAF-T, ou através da inserção direta no portal das finanças, ou mesmo por outra via eletrónica a definir pelo Ministro das Finanças.

1.3.4.2- Fundos de compensação

Os Fundos de Compensação foram criados em 2013 com o intuito de proteger os trabalhadores no caso de despedimento, garantindo assim 50% do valor da indemnização (artigo 366º do Código do Trabalho) a que terão direito. A lei que aprovou este regime prevê que a empresa fique obrigada a descontar um por cento do salário do trabalhador (vencimento base+ diuturnidades) todos os meses (12 no ano), para estes fundos de modo a garantir esse pagamento parcial, tal como é exemplificado na figura 1 que está representada de seguida:



Figura 1- Fundos de Compensação (Fonte: elaboração própria)

Para a liquidação do fundo acedemos à página www.fundosdecompensacao.pt, com o NISS e a senha da empresa até dia 10 do mês seguinte a que corresponde a remuneração do trabalhador, para que o seu pagamento seja efetuado entre o dia 10 e 20 do mês. Se a empresa não pagar até ao dia 20, poderá fazê-lo até o próximo dia 8 podendo incorrer no pagamento de juros a contar desde o dia 20.

1.3.4.3- Retenções na fonte

As empresas são obrigadas a fazer retenção na fonte de IRS pelos rendimentos gerados em território nacional, disposto no artigo 94º do CIRC e nº3 do artigo 98º do CIRS, e entregues ao Estado até dia 20 do mês seguinte ao qual correspondem as retenções, mediante entrega da respetiva declaração no portal das finanças.

As retenções devem fazer-se segundo as taxas anuais de retenção, previstas pelo artigo 101º do CIRS para entidades com contabilidade organizada, tal como é mencionado na figura 2, abaixo ilustrada:

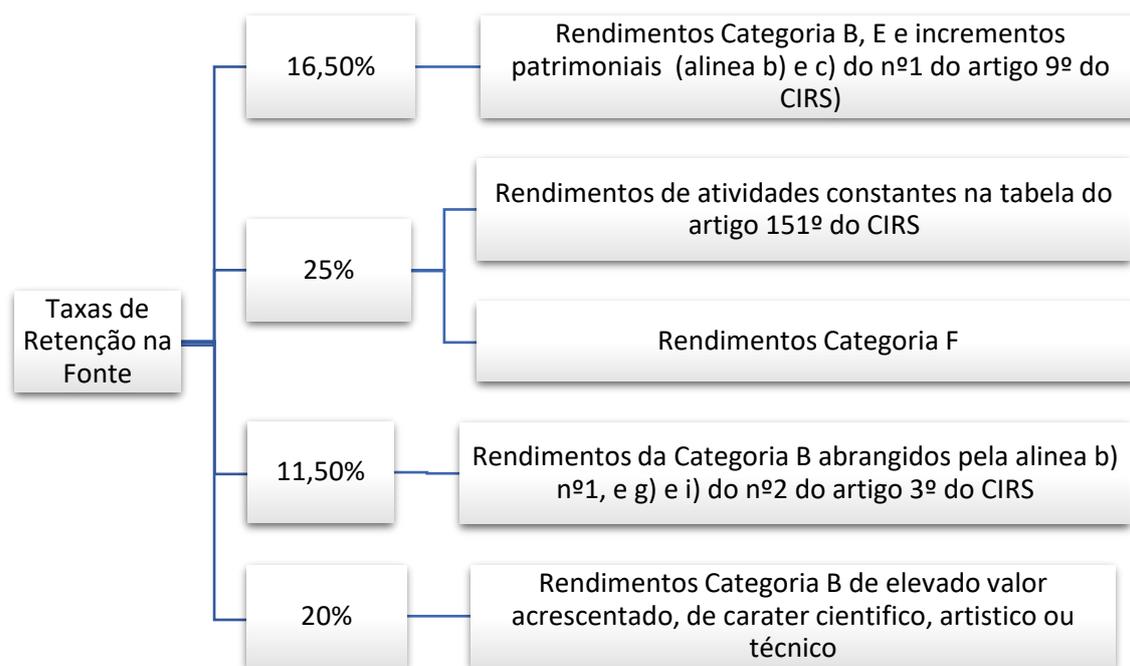


Figura 2- taxas de retenção na fonte (Fonte: elaboração própria)

1.3.4.4- Contribuições à Segurança Social

As empresas estão também obrigadas à entrega das contribuições à Segurança Social (à frente mencionada como SS), que aquando do processamento de salários temos de descontar a referida taxa social única, que incide sobre a remuneração ilíquida ou com base no valor do IAS (Indexante dos Apoios Sociais). Deste modo, a empresa deve entregá-la até ao dia 10 do mês seguinte, e o seu pagamento entre o 10 e o 20 do mês seguinte ao que a contribuição respeita, e o seu cálculo deve ter por base a seguinte

Entidades		Taxa de Contribuição		
		Entidade Empregadora	Trabalhador	Total
Com Fins Lucrativos		23,75%	11%	34,75%
Sem Fins Lucrativos	IPSS Outras	22,30%		33,30%

Tabela 1- Taxas de Contribuição à SS (Fonte: elaboração própria)

A falta de pagamento dentro dos prazos estipulados, pode levar ao pagamento do valor devido acrescido de juros de mora, bem como a possibilidade de aplicação de uma coima leve (se efetuar o pagamento dentro de 30 dias) ou grave, podendo constituir processo-crime.

No programa informático Sage- Gestão de Pessoal, fazemos o processamento automático da declaração de remunerações à SS e guardamos esse ficheiro no computador para poder depois submeter no portal da Segurança Social Direta. Depois de acedermos ao portal com as senhas da empresa cliente, submetemos o ficheiro das remunerações mensais e imprimimos a guia de pagamento que enviamos ao cliente para fazer a liquidação da contribuição.

1.3.4.5- Declaração Mensal de Remunerações

A declaração mensal de remunerações deve ser entregue todos os meses pelas empresas, através do portal das Finanças, até ao dia 10 do mês seguinte ao qual se referem as remunerações podendo durante 30 dias ser corrigidas. Esta declaração contém informação sobre rendimentos, retenções de imposto e contribuições à SS, bem como eventuais quotas de sindicatos, que é impressa do programa de gestão de pessoal. No programa Sage, verificamos se todos os descontos estão corretamente associados aos NIF dos trabalhadores e exportamos o documento através do menu Mapas> Declarações Mensais de IRS> Declaração Mensal de Remunerações AT. De seguida escolhemos o período e exercício que pretendemos, indicamos se é ou não de substituição e criamos o documento, que será depois arquivado também no dossier de pessoal de cada cliente.

1.3.4.6- Pagamento por Conta e Especial por Conta

1.3.4.6.1- Pagamento por conta (PPC)

O pagamento por conta é o adiantamento imposto sobre rendimentos calculado com base no importo liquidado no ano anterior, de entidades que exerçam uma atividade comercial, industrial ou agrícola e é pago em 3 fases (em julho, setembro e 15 de dezembro), até ao final do próprio ano, tal como lavrado na alínea a) do nº1 do artigo 104 do CIRC (Código de Importo sobre Rendimentos de pessoas Coletivas). Deste modo, se a estimativa de imposto resultar inferior ao somatório dos Pagamentos por conta, o sujeito passivo receberá o reembolso. Os pagamentos por conta são baseados nos nº 2 e 3 do artigo 105º do CIRC, sendo a base de cálculo o Volume de Negócios (posteriormente mencionado como VN) e como nos apresenta a seguinte figura 3:

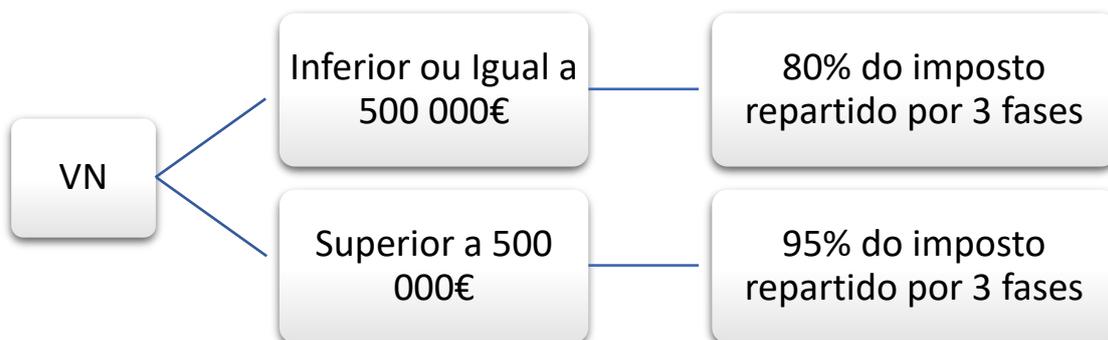


Figura 3- Estimativa de Calculo de Pagamento por Conta (Fonte: elaboração própria)

O pagamento da terceira parte do imposto é opcional, uma vez que a empresa entenda que até esse momento já efetuou a liquidação do equivalente ao imposto que será devido no final do ano, tendo em conta a base tributável, pelo artigo 107º do CIRC. Contudo, se se verificar uma diferença de 20% entre o valor líquido de IRC e os Pagamentos por Conta, então serão calculados juros de mora a contar desde a data limite do 3º pagamento que deveria ter sido feito até à data da declaração do modelo 22.

1.3.4.6.2- Pagamento Especial por Conta (PEC)

Assim como o Pagamento por Conta, o PEC (Pagamento Especial por Conta) também se trata de um adiantamento do imposto desse exercício, sendo que este inclui as entidades que realizem atividades de comércio, industrial agrícola em território nacional, mas também as não residentes com estabelecimento em território português, contudo, pelo disposto no nº11 do artigo 106º do CIRC ficam isentas de PEC:

- Sujeitos passivos isentos de IRC
- Sujeitos Passivos em processo pelo Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas
- Sujeitos passivos que tenham entregado a declaração de cessação de atividade para efeitos do artigo 33º do CIVA
- Sujeitos passivos que estejam enquadrados no regime simplificado de determinação da matéria coletável

A liquidação do PEC pode ser realizada em 2 modalidades: pagamento total e durante o mês de março, ou pagamento bifásico em março e outubro, pelo disposto no nº1 do artigo 106º do CIRC.

Como podemos ver na seguinte figura 4, o montante de PEC é calculado à taxa de 1% com base4 no volume de negócios do ano anterior. Caso este resultado se apresente inferior ou equivalente a 850€, será pago esse montante (não podendo nunca ser inferior). Caso contrário, o cliente pagará os 850€ somado a 20% sobre o volume de negócios utilizado para o cálculo.

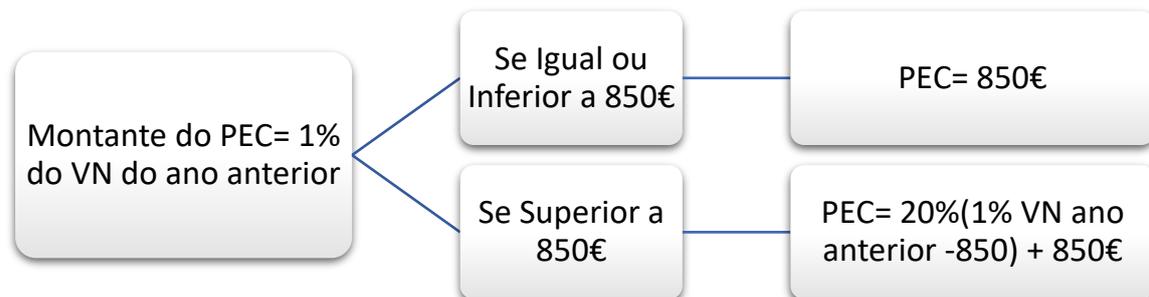


Figura 4- Estimativa de Pagamento Especial por Conta (Fonte: elaboração própria)

1.3.4.7- Declaração Periódica de IVA

A declaração de IVA é uma declaração que deve ser entregue a AT via portal das Finanças pelo sujeito passivo, onde indica o montante de imposto devido e as operações que deram origem a esse montante. Segundo o disposto no artigo 41º do CIVA:

- VN => 650.000€
 - Entrega mensal, até dia 10 do 2º mês seguinte (exemplo: Iva gerado em fevereiro, o pagamento é até 10 de abril)
- VN < 650.000€
 - Entrega Trimestral, até dia 15 do 2º mês seguinte (exemplo: IVA gerado no trimestre de janeiro-fevereiro-março, o pagamento é até 15 de maio)

Depois de fazermos todos os registos contabilísticos relativamente ao período, seja mês ou trimestre, fazemos o apuramento de IVA que o programa Sage faz de forma automática o lançamento do apuramento, do qual podemos extrair uma simulação da declaração de IVA, sendo que esta deve ser confrontada com o SAF-T e as contas do balancete do período, onde devemos analisar as contas:

- 71-Vendas
- 72-Prestações de Serviços
- 62-FSE (Fornecimentos e Serviços Externos)
- 31-Compras
- 32- Mercadorias
- 33- Matérias-Primas, Subsidiárias e de Consumo
- 2432-IVA Dedutível
- 2433- IVA Liquidado
- 2434- IVA Regularizações
- 2435- IVA Apuramento

No portal das finanças, acedemos através das senhas do Contabilista Certificado responsável, e então colocamos o NIF da empresa, localização, período a que corresponde e se a declaração está a ser entregue ou não dentro dos prazos mencionados anteriormente, contudo, se a entrega for fora do prazo, esta continuará a ser aceite mas o sujeito passivo terá de pagar uma coima. Assim, preenchemos com os dados que tínhamos apurado antes, verificamos se existem regularizações a fazer a favor do sujeito passivo ou do Estado para preenchimento dos campos 40 e 41, validamos a declaração e subtemo-la no portal. Por fim, imprimimos o comprovativo e a guia para o cliente fazer o pagamento, e então é arquivado na pasta provisória.

A declaração recapitulativa de IVA deve ser entregue no portal das finanças, tal como a declaração de IVA, por empresas que realizem operações intracomunitárias, onde mencionam as transações que deverão constar também no campo 7 da declaração de IVA. Esta deve ser entregue até dia 20 do mês seguinte para o regime mensal e para as empresas de regime trimestral que não excedam os 100.000€ por período. Se exceder esse montante podem ser entregues até o dia 20 do mês seguinte ao final do trimestre.

Para o preenchimento da declaração, agrupamos as faturas e notas de crédito relativas a cada cliente, verificamos se o NIF está dado de alta para transações intracomunitárias e somamos o volume transacionado, dividindo por venda de produto acabado e serviços. De seguida preenchemos uma linha para cada cliente e tipo de transação, com as iniciais do país de destino, quando todos os clientes estiverem colocados, submetemos a declaração.

1.3.4.8- Declaração Modelo 10

A declaração Modelo 10 deve ser entregue até ao final do mês de janeiro do ano seguinte ao que se referem os rendimentos, no portal das finanças excetuando as pessoas singulares que tenham pagado rendimentos de trabalho dependente, mas que não exerçam atividades profissionais ou empresariais, podem fazer entrega em papel. A entrega da declaração fora dos prazos ou a não apresentação pode obrigar o sujeito passivo ao pagamento de uma coima. Nesta declaram-se os rendimentos sujeitos a IRS e IRC, isentos e não sujeitos, e retenções na fonte que, (pelo disposto no artigo 119º do CIRS e 128º do CIRC) não devem ser declarados na DMR (Declaração Mensal de Remunerações) e auferidos em território nacional. Quanto às retenções na fonte ficam apenas dispensadas as mencionadas pelos artigos 94º e 97º do CIRC.

Para o preenchimento da declaração verificamos os documentos que constam na conta 242- Retenção de Impostos sobre o rendimento para serem mencionados na declaração. A declaração é dividida em quadros, sendo que a informação relativamente ao sujeito passivo, serviço de finanças e ano da declaração são preenchidos nos quadros 1, 2 e 3. No quadro 4 colocamos as respetivas retenções na fonte para cada tipo de rendimento, e no quadro 5 mencionamos os titulares dos rendimentos e retenções. Já no quadro 6 colocamos se é a primeira declaração ou se se trata da de substituição.

1.3.4.9- Declaração Modelo 3

Na declaração Modelo 3 são declarados os rendimentos de sujeitos passivos de IRS dos rendimentos relativos ao ano anterior, sendo abrangidos todos os sujeitos passivos residentes em território português ou não, mas que cá obtenham rendimentos, pelo disposto no artigo 57º e 13 do CIRS. Ainda, se existir agregado familiar, podem optar pelo englobamento dos rendimentos dos sujeitos passivos que o constituem.

Pelos artigos 58º e 71º do CIRS, estão dispensados da apresentação deste modelo os sujeitos passivos que:

- Apenas tenham auferido rendimentos sujeitos a taxas liberatórias do artigo 71º, e que não optem pelo englobamento.
- Recebam subsídios ou subvenções no âmbito da PAC (Política Agrícola Comum) de valor inferior a quatro vezes o valor do IAS, podendo auferir apenas de forma cumulativa rendimentos sujeitos a taxas liberatórias, pelo artigo 71º
- Atos Isolados de valor inferior a quatro vezes o IAS, podendo auferir de forma cumulativa apenas rendimentos sujeitos a taxas liberatórias, pelo artigo 71º
- Rendimentos de trabalho dependente ou pensões, que não excedam de forma isolada ou cumulativa, os 8.500€ anuais.

A declaração pode ser preenchida de forma automática e provisória, para os sujeitos passivos que preencham os seguintes requisitos:

- Residência durante todo o ano civil, sem estatuto de não residente atual
- Sem pagamento de pensões de alimentos, nem dependentes a cargo nem deduções relativas a ascendentes
- Apenas com rendimentos gerados em território português, apenas da categoria A e/ou H, e a rendimentos sujeitos a taxas liberatórias sem opção de englobamento

O prazo e entrega desta declaração para o ano de 2018 foi de 1 de abril até 31 de maio, sendo um prazo único para todas as categorias, coisa que não acontecia noutros anos.

1.3.4.10- Declaração Periódica de Rendimentos- Modelo 22

A declaração modelo 22 destina-se ao apuramento do lucro tributável e ao respetivo cálculo de imposto a pagar ou recuperar em sede de IRC, incluindo juros compensatórios, derrama e taxas autónomas. O prazo de entrega desta declaração estava estipulado até 31 de maio, mas o prazo foi alargado para o 30 de junho, uma vez que a aplicação apenas ficou disponível a 30 de abril.

A declaração divide-se em 10 quadros, que serão discriminados abaixo, porém os mais importantes são o quadro 07, o 09 e 10:

- Quadro 01 a 05: Estes quadros estão destinados à identificação da empresa, período de tributação, Contabilista Certificado e da Administração Fiscal.
- Quadro 07: Apuramento do lucro tributável, onde se podem acrescer ou deduzir correções fiscais ou eventuais variações patrimoniais.
- Quadro 08: Regimes de taxas, preenchido pelo sujeito passivo com rendimentos sujeitos a redução de taxa ou em regime normal.
- Quadro 09: Apuramento da Matéria Coletável, pelo disposto no artigo 15º do CIRC
- Quadro 10: Cálculo do imposto

1.3.4.11- Relatório Único

O relatório único deve ser entregue por todas as empresas e entidades sem fins lucrativos, que tenham trabalhadores a seu serviço, sendo constituído por um relatório e 6 anexos. Os anexos constituintes do relatório único são ordenados de “A” a “F”, referindo-se ao quadro de pessoal, fluxo de entrada ou saída de trabalhadores, relatório anual de formação contínua dos trabalhadores, relatório anual das atividades ligadas à segurança e higiene no trabalho, e informação sobre prestadores de serviços à empresa, respetivamente.

O relatório e respetivos anexos devem ser submetidos de forma eletrónica no portal <https://www.relatoriounico.pt/ru/login.seam> com a chave de confirmação, e através dessa aplicação faz-se o preenchimento dos dados necessários nos anexos, gravamos em formato XML os dados inseridos, e quando estiver a declaração devidamente preenchida entregamos o último ficheiro que contem a informação todas e submetemos, gerando depois o relatório certificado, que imprimimos e guardamos na pasta do cliente.

1.3.4.12- Informação Empresarial Simplificada – IES

A Informação Empresarial Simplificada (representada por IES), de acordo com o Decreto-Lei nº 10/2015 de 16 de janeiro, trata-se de uma declaração preenchida e submetida no portal das finanças ou no portal da IES, a qual estão obrigadas à sua entrega, todas as empresas até ao dia 15 de julho. Esta declaração é composta por vários formulários, para dar um resumo e uma imagem mais clara da empresa durante aquele ano de exercício, fazendo parte a folha de rosto, IRC desde o anexo A ao H, IRS anexo I, IVA anexo L ao P, Anexo Q- Elementos contabilísticos e Fiscais e informação estatística nos anexos R, S, T.

Após a submeter a declaração, é enviada uma referência multibanco para pagamento do registo de prestação de contas, que deve ser pago dentro dos 5 dias uteis que se seguem, ficando a declaração disponível após o pagamento.

1.3.5- Encerramento de Contas das Empresas

De modo a preparar as contas para o seu encerramento, devemos verificar se os saldos das contas de clientes e fornecedores incluídos no balancete final corresponde com a verdade, para tal solicitamos os extratos de conta corrente aos fornecedores e clientes de cada um dos nossos clientes e verificamos os registos efetuados. No final do ano também conferimos a reconciliação bancária de modo a confirmar os valores pendentes e a sua justificação, as contas de impostos e pagamentos ao estado, verificando que não existe nenhum valor pendente de pagamento. As contas de pessoal, sócios e financiamentos obtidos também têm de ser conferidas, pois influencia a posição financeira da empresa, bem como o inventário de final de ano.

Esta conferência tem de ser feita com muito rigor, pois o balancete final é a base para realizar as demonstrações financeira de final de ano, e este deve estar livre de qualquer erro ou distorção da realidade da empresa.

Uma das conferências também passa por analisar o valor de imóveis e veículos inscritos no portal das finanças e os inseridos na contabilidade, pois algum desses ativos já pode ter sido vendido e ainda não estar refletido na contabilidade.

1.3.5.1- Operações de encerramento de contas

Aquando do encerramento, devemos analisar os ativos fixos tangíveis e os intangíveis verificando eventuais revalorizações. Assim, um ativo mensurado pelo custo quando adquirido, deve ser escriturado pelo seu custo deduzido de quaisquer depreciações ou perdas por imparidades acumuladas, tendo por base as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro 6 e 7 (NCRF7 §16 e §30, NCRF 6 §24 e §72). Contudo, podem existir diferenças entre a quantia escriturada do bem e o seu valor de mercado, desse modo, pode optar-se pela revalorização do bem (NCRF 7 §31 a §42, NCRF 6 §73 a §85).

Das entidades que adotem o NCRF PE ficam obrigadas a declarar impostos diferidos, pois estão sujeitas à NCRF 25- Impostos sobre o Rendimento se optarem pelo modelo de revalorização.

1.3.5.1.1- Depreciações de Ativos da Empresa

Quanto às depreciações e amortizações corresponde à perda de valor de um ativo pelo seu desgaste no exercício normal das atividades da empresa. Assim, podemos atribuir as depreciações aos ativos fixos tangíveis e às propriedades de investimento (NCRF 7) e as amortizações aos ativos intangíveis (NCRF6). Relativamente aos ativos fixos tangíveis, quando este possua um elemento que tenha um custo significativo em relação ao valor total deste, deve ser contabilizado separadamente segundo a sua vida útil e ser depreciado separadamente (NCRF 7 §43).

O gasto de depreciação deve ser mensurado no final do exercício quando do apuramento de resultados, e a sua quantia depreciável deve ser calculada pelo valor do ativo deduzido do valor residual.

Nos ativos intangíveis consideramos que o valor residual é nulo, a não ser que exista a possibilidade de venda a terceiros no final da vida útil ou existir mercado para este, após esse termo (NCRF 6 § 99).

A depreciação de ativos inicia quando este está disponível para uso e termina quando se classificar como ativo detido para venda, de acordo a NCRF8- Ativos Não Correntes Detidos para Venda, ou quando este for anulado, assim a depreciação apenas termina quando este estiver totalmente depreciado, e não quando apenas se deixar de usar (NCRF 7 §55, NCRF 6 §95). Assim, tal como podemos ver na figura 5 abaixo apresentada, temos 3 formas de depreciar os ativos, sendo escolhido a melhor opção tendo em as características específicas de cada ativo.

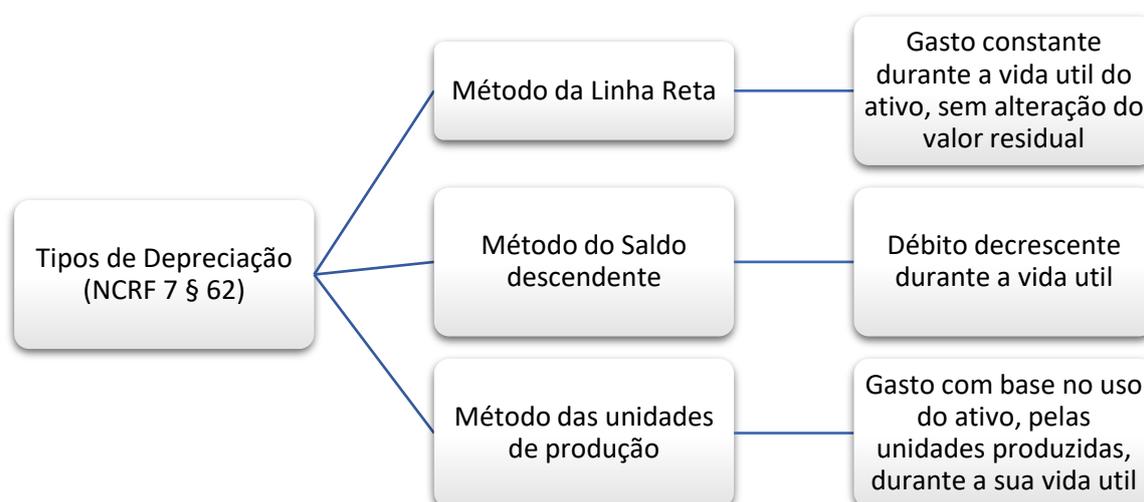


Figura 5- Tipos de depreciações mencionados na NCRF 7 (Fonte: elaboração própria)

Para calcular as depreciações e amortizações, fazemos o fecho do ano e fazemos o processamento das depreciações, verificamos se é necessário fazer alguma alteração nos ativos do cliente e elaborar o Mapa de Ativos, e por fim processamos o Mapa de Depreciações. O mapa de depreciações serve de base para realizar o lançamento contabilístico que depois é arquivado na pasta de cada cliente, lançando o valor das depreciações a débito na 64- Gastos de depreciações e amortizações, e a crédito as contas 438- Depreciações acumuladas e 448- Amortizações acumuladas.

Por outro lado, os ativos podem também sobre alterações do seu valor que não sejam decorrentes da atividade normal e que não serão recuperáveis, sendo necessário realizar testes

de imparidade sempre que a entidade entender que pode haver imparidade nos seus ativos (NCRF12 § 5).

As imparidades podem ser encontradas em ativos fixos tangíveis, intangíveis, ativos não-correntes detidos para venda ou propriedades de investimento (NCRF12), ou em ativos financeiros (NCRF 27).

Devemos reconhecer também imparidades em ativos financeiros (NCRF 27 §24) quando se apresente grande dificuldade financeira do devedor, ocorra o não pagamento ou incumprimento de pagamento de juros ou dívidas, quando o credor dá ao devedor concessões que se não fosse pela sua situação financeira frágil, não o proporia, desaparecimento do mercado para esse ativo, ou quando se torne provável a falência do devedor.

A mensuração dos ativos na contabilidade pode ser pelo método do JV ou pelo de custo (NCRF11 § 29), mas o JV é aplicado em determinados ativos de forma obrigatória (NCRF28), nomeadamente:

- Instrumentos financeiros, como investimentos em instrumentos de CP (Capital Próprio) negociados publicamente (NCRF27 §16)
- Ativos Biológicos para entidades de regime geral (NCRF17 § 13)

Quando as entidades não têm o valor de mercado de um ativo financeiro para que possa ser mensurado ao JV, estas recorrem a profissionais qualificados e independentes que poderão recorrer também ao valor da cotação do ativo.

1.3.5.1.2- Inventários

Os inventários devem ser mensurados ao custo, ou se inferior, ao preço de venda estimado deduzido dos custos estimados de acabamento e de venda (NCRF18 § 9). Assim, no custo do inventário devemos incluir o preço de compra e gastos adicionais ou custos com transporte e conservação, e deduzir descontos comerciais e outros abatimentos (NCRF18 §10 a 22).

Para podermos enviar a listagem de inventário, o cliente tem de fazer a contagem física do inventário e fazer uma listagem. Depois de realizada a listagem com a discriminação dos artigos e respetivas quantidades, fazemos o lançamento do apuramento de existências colocando a crédito as contas 311-Compras de matéria-prima, subsidiária e de consumo, e a 312- Compras de Mercadorias em contrapartida da 33- Matérias-Primas, Subsidiárias e de Consumo. Assim, já podemos fazer o apuramento do Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas, devendo escolher o método de custeio entre a identificação específica (por exemplo por lotes), FIFO (primeiro a entrar, primeiro a sair), e o custo médio ponderado (NCRF18 §23 a 27).

Nos inventários, as imparidades são reconhecidas no próprio período, sendo calculadas com base no custo do inventário e o valor realizável, pelo que deve ser revista pelo menos uma vez por ano (NCRF18 § 30).

1.3.5.1.3- Provisões, ativos e passivos contingentes

De acordo com a NCRF 21- Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, podemos realizar o registo de acontecimentos passados no exercício a que respeitam e não apenas no exercício em que ocorreu a liquidação deste, podendo imputar um gasto ou rendimento que aconteceu, mas ao qual ainda não foi realizado uma liquidação. Deste modo, estes acontecimentos podem ser classificados em provisões, ativos e passivos contingentes, tal como podemos ver na figura 6 abaixo descrita:

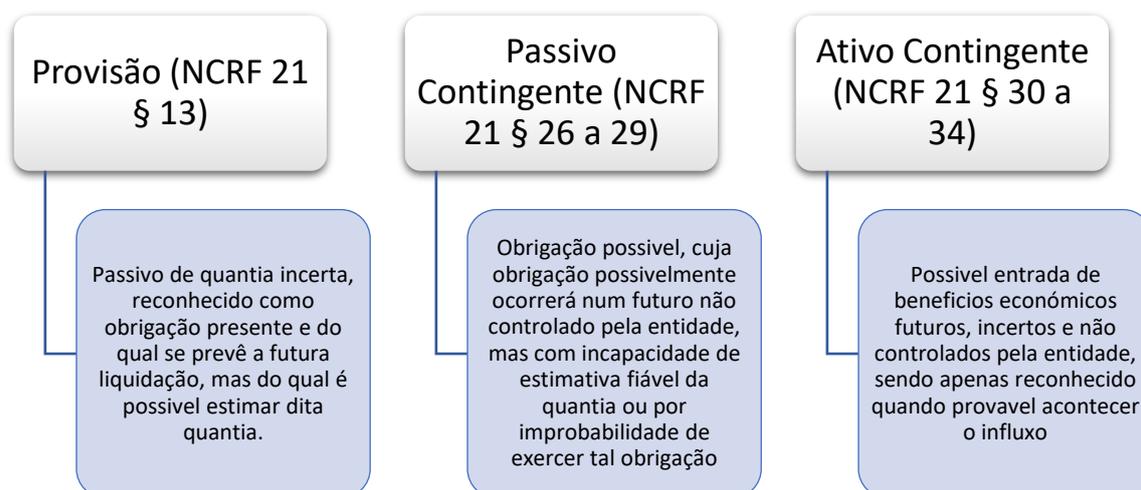


Figura 6- Provisões, ativos contingentes e passivos contingentes (Fonte: elaboração própria)

Para melhor poder mensurar as provisões no encerramento de contas, são questionados todos os clientes sobre eventuais situações que possam originar provisões, de forma refletir melhor a empresa no balanço.

Um dos pressupostos contabilísticos é o regime do acréscimo, e tem impacto nas contas 2721- Devedores por acréscimo de rendimentos; 2722- Credores por acréscimos de gastos; 281- Gastos a reconhecer; e 282- Rendimentos a reconhecer. Nestas contas são geralmente reconhecidas as férias e os subsídios de férias dos empregados, uma vez que estes ganham o direito às férias depois de cessado o ano do qual estas foram geradas. Para fazer face a essa responsabilidade, debitamos a conta 282-Gastos a reconhecer, em contrapartida da 2722- Credores por acréscimos de gastos.

Depois de introduzidas todas as operações supramencionadas, fazemos o balancete final, que o programa Sage faz de forma automática, para assim podermos avançar para a realização das demonstrações financeiras.

1.3.5.2- Apuramento de Resultados

1.3.5.2.1- Balanço

O Balanço é preparado com base no balancete de encerramento, de modo a refletir a situação patrimonial e posição financeira da empresa a 31/12/2017. Assim, o balanço coloca o Ativo em contrapartida do Passivo e do Capital Próprio, evidenciando a sua posição líquida (no anexo 1).

1.3.5.2.2- Demonstração de Resultados

A Demonstração de Resultados é o mapa onde colocamos os ganhos e proveitos, dando uma informação simplificada da posição patrimonial em relação ao ano homólogo, mas também dá um resumo da atividade da empresa nesse ano (no anexo 2).

1.3.5.3- Prestação de Contas

Na prestação de contas no final do exercício aos diferentes utilizadores das demonstrações financeiras, apresentamos a posição financeira da empresa e os lucros obtidos no ano que finalizou, com o intuito de melhor decidirem acerca do futuro da empresa.

Deste modo, estas contas devem ser apresentadas até ao final do mês de março do ano seguinte para ser deliberado em Assembleia Geral (à frente referida como AG) o destino dos resultados transitados.

Segundo o disposto no artigo 65º do Código das Sociedades Comerciais, os administradores têm de redigir um Relatório de Gestão, onde têm de apresentá-lo aos outros órgãos de direção na AG, onde consta a decisão sobre os resultados obtidos nesse ano e outros assuntos pertinentes.

1.3.5.3.1- Relatório de Gestão

No Relatório de Gestão apresentado, independentemente da sua dimensão ou volume de faturação, devem constar as seguintes informações fundamentais:

- Enquadramento da empresa e do seu mercado e respetiva evolução
- Apresentação comparativa homóloga dos resultados obtidos, através de uma análise financeira, e quais as principais fontes de despesa e de investimento ao longo do ano
- Apresentação de indicadores de solvabilidade e autonomia financeira, situação contributiva perante o Estado, bem como resultados alcançados e proposta da sua aplicação futura
- Eventual análise crítica da empresa e sua envolvente para o futuro, e agradecimento às entidades que têm vindo a trabalhar com a empresa

1.3.5.3.2- Realização de Ata da Assembleia Geral

Relativamente à AG, é redigida uma ata na qual constam elementos fundamentais sobre o que ocorreu durante essa reunião. Assim, a ata deve conter:

- Nome da empresa, localização, data e hora da reunião

- Nome dos sócios presentes/representantes e o respetivo valor das quotas
- Tema a ser abordado (neste caso, seria a aplicação dos resultados obtidos no ano anterior)
- No caso de existir, quais os documentos apresentados durante a AG
- Resultado da Votação dos sócios

As atas, no final, são assinadas por todos os presentes, pelo disposto no nº 6 do artigo 248º do Código das Sociedades Comerciais. Por outro lado, para as sociedades anónimas, devem seguir o disposto nos artigos 382º e 388º desse mesmo código, onde o presidente da mesa de AG deve realizar uma listagem dos acionistas presentes e respetivas ações, sendo que apenas o presidente e o secretário da mesa assinarão a ata de AG.

1.3.5.3.3- Dossier fiscal

O dossier Fiscal é realizado depois de todas as operações de fim de exercício estarem concluídas e até ao final do prazo da entrega da IES. Assim, este dossier deve ser constituído por documentos de caráter fiscal apoiados por documentação fiscal e contabilísticos que os respaldem, durante dez anos, tal como lavrado no nº1 do artigo 130º do CIRC, cujo deve ser constituído por:

- Capa
- Índice
- Relatório de Gestão
- Balanço
- Demonstração de Resultados
- Anexo (ao Balanço)
- Ata de AG de aprovação de contas
- Mapa de depreciações
- Declaração de Retenção na Fonte de IRC (Pagamento por Conta e Pagamento Especial por Conta)
- Declarações mensais de remunerações
- Declaração do Modelo 22
- IES
- Outros: Balancete Final do ano anterior

1.4- Análise do estágio

Após a realização do estágio, posso resumir que se revelou uma experiência muito rica ao nível de aquisição de conhecimento prático. Por um lado, com o desenvolver do quotidiano foi possível colocar em prática algum do conhecimento adquirido durante o mestrado, e ter contacto com as diversas plataformas que têm permitido aos contabilistas agilizar o cumprimento fiscal e financeiro dos seus clientes.

Por outro lado, também me foi possível melhorar as minhas capacidades de relacionamento interpessoal com os colegas de trabalho e clientes, podendo constatar a importância do comportamento com base no código deontológico.

A realização deste estágio foi uma etapa de aquisição de conhecimento que foi essencial para o meu percurso académico e profissional, que se encontra agora no início.

Capítulo II- A Gestão de Carteiras e a Contabilização de Instrumentos Financeiros

2.1- A Gestão de Carteiras

Quando falamos do mercado é importante salientar que nem todos poupamos da mesma forma, nem investimos com o mesmo risco. Assim, como classifica Pires (2016) quando faz referência a *Fallis, Bodie & Marcus* (2013), menciona que o investimento se trata da colocação de dinheiro no mercado com a esperança de futuramente receber um benefício, em detrimento da incerteza que suportou. Com este sacrifício na esperança de receber um reembolso superior, foi-se criando o mercado bolsista onde se começou a balancear risco versus rentabilidade, e foi então que começaram a surgir novas teorias, com o fim de diminuir o esforço de incerteza sem largar mão de um benefício confortável (Brandão, 1998).

A gestão de carteiras tem a sua origem na década de 1950, tendo começado no setor financeiro, mas foi a partir da década de 1990 que o tema se tornou mais explorado. A gestão de carteiras é um processo dinâmico de tomada de decisão, no qual as ações são constantemente atualizadas e revistas. Esta abrange uma série de decisões na gestão de ações, incluindo revisões periódicas de todas as ações, para definir a alocação de recursos estratégicos (*Cooper, Edgett & Kleinschmidt*, 1999).

Com o intuito de minimizar riscos e aumentar as hipóteses de sucesso, algumas organizações, como sugerido por Carvalho, Lopes & Marzagão (2013), utilizam modelos de gestão de carteiras em consonância com a estratégia da empresa. Além disso, os autores enfatizam a necessidade de analisar o processo de gestão de carteiras não apenas como uma ferramenta de gestão, pois trata-se de uma ferramenta complexa.

Os mercados atualmente experimentam diferentes fases, diferentes regimes e muitas carteiras de investimento incorrem em perdas e ganhos se não forem geridas de acordo com as expectativas para a evolução futura do mercado (*Pattabhi et al.*, 2013)

A gestão ativa de carteiras diz respeito à alocação de fundos com base nas expectativas do desenvolvimento do mercado futuro. A gestão de carteiras é a implementação de uma estratégia de investimento dinâmico em que as oportunidades de investimento são pré-definidas a longo prazo com o objetivo de agregar valor ao investimento.

De acordo com *Fallis, Bodie e Marcus* (2013) um investimento relaciona-se com a alocação de dinheiro ou de outros recursos numa determinada altura, com o objetivo de obter benefícios a longo prazo, sendo esta a operação de investimento que demonstra segurança e um retorno adequado (*Graham et al.*, 2011).

A forma como a organização trata a informação constitui um dos fatores determinantes para o seu correto funcionamento. Como é possível ler em Coelho (2012, pág. 21), constatamos que o aumento da procura, quer mais informação, quer informação mais útil que lhes permita tomar

decisões, aumenta exponencialmente o valor da informação como recurso para empresas, de tal forma que a identificação, o acesso e o tratamento de dados eleva os sistemas de informação ao nível dos outros recursos essenciais às atividades das empresas. Esta valorização apenas é possível, quando é adequada ao seu utilizador.

A gestão de carteiras surge como a atividade de gestão de investimentos financeiros, onde a tarefa central passa pela sua construção e tem como base os objetivos de investimento, classes de ativos onde se pretende investir, as estratégias de alocação para estes ativos e o modelo de seleção de ativos nestas classes.

A teoria da diversificação de carteiras surgiu como uma série de modelos de gestão de carteiras e assume que não “se devem colocar todos os ovos no mesmo cesto”, ou seja, não se deve investir o dinheiro num único ativo pois pode conduzir a perdas significativas, mas sim investir em vários ativos, assim, esta teoria tem como base um investimento racional.

De acordo com Pinho & Soares (2008) a gestão de carteiras de investimento efetua-se com base no aumento da rentabilidade do dinheiro investido e na diversidade, ou seja, repartir o investimento de diversos ativos para que seja reduzido o risco e, limitar os efeitos sobre a rentabilidade da carteira com fatores que podem prejudicar o retorno.

Gouveia *et al.* (2013) aplicaram a teoria da diversificação para construir as carteiras constituídas por ativos com o objetivo de construir a carteira que se adapte melhor aos perfis distintos do investimento e conhecer a carteira de mercado.

Alguns defensores da teoria dos mercados eficientes em relação à gestão de carteiras, acreditam que a gestão ativa se traduz através da perda de tempo e recursos, isto porque a compra e a venda permanente de ativos conduzem a custos de corretagem mesmo sem aumentar a rentabilidade das carteiras (Bodie *et al.*, 2014).

De acordo com Modica, Braun & Rabechini (2010), a gestão de carteiras é apresentada como uma disciplina complexa, pois vai desde o nível estratégico da organização até aos departamentos responsáveis pelos projetos em andamento, exigindo a comunicação para lidar de forma eficiente com as questões de natureza política dentro da organização, tais como a alocação de recursos e a priorização de algumas ações em detrimento de outras, o que exige a capacidade de negociar com as partes interessadas.

A Teoria da Carteira teve origem no artigo científico *Portfolio Selection* do Nobel de Economia Harry Markowitz, e como resultado da sua tese de doutoramento em 1952, através do qual o autor abordou a questão da escolha de carteiras de ativos financeiros com valor futuro incerto, de acordo com um critério totalmente inovador para a época, ou seja, o critério do retorno esperado e a variância dos retornos. Markowitz sugeriu que o retorno de um ativo possui duas medidas de referência, o seu valor esperado e o seu risco. Neste contexto, o risco sugerido é medido como a dispersão do retorno, o mesmo significa o seu desvio padrão. A fórmula da taxa

de retorno esperada de Markowitz da carteira em estudo é apresentada na equação nº1, abaixo representada:

$$E(r_p)^n = \sum_{i=1}^n w_i E(r_i)$$

Equação 1 - Taxa de retorno esperado da carteira

Deste modo podemos ler pela seguinte legenda a interpretação da equação acima mencionada:

$E(r_p)$ – taxa de retorno esperada da carteira p;

w_i – peso relativo do título i na carteira p;

$E(r_i)$ – retorno médio do título i.

Deste modo, a taxa de retorno esperada da carteira é igual à média das taxas de rentabilidade esperadas para os títulos dessa carteira, ponderados pelos seus pesos relativos.

Logo, Markowitz demonstra como os investidores devem proceder à escolha de carteiras se apenas tiverem em atenção a média e variância do retorno da carteira num único período.

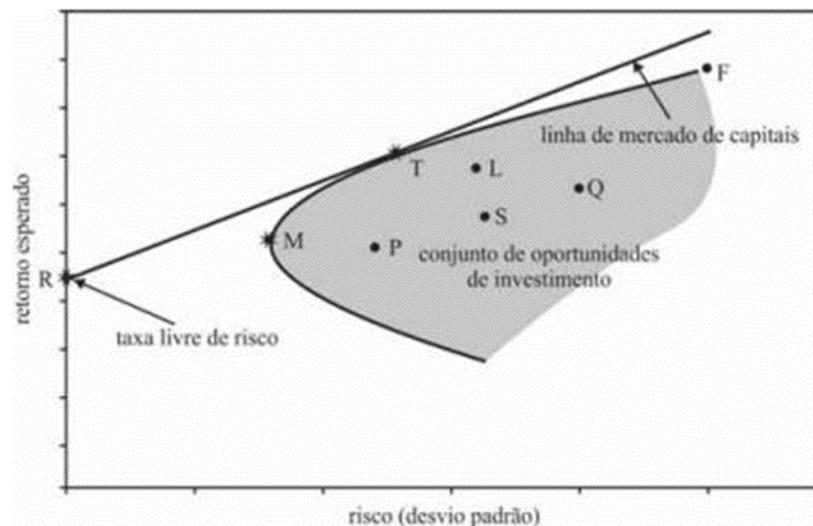


Figura 7- Diagrama Clássico risco/retorno de Markowitz 1959 (Fonte Markowitz, H. (1959). Portfolio selection: efficient diversification os investments. New York, USA: John Wiley & Sons.)

A figura 1 representa o conjunto de médias e desvios padrões que podem ser alcançados pela combinação de ações e obrigações numa carteira com risco.

Tendo em conta estas medidas para cada ativo e a suas correlações como medida das suas interações, chegamos ao valor esperado e o risco de retorno da carteira de ativos correspondente. Assim, a escolha de um investidor racional sobre a composição de uma carteira de ativos incide na seleção de carteiras que estão incluídas na fronteira ideal de retorno esperado e o risco de todas as associações possíveis da carteira.

Para que o investimento a médio e longo prazo seja otimizado existe um conjunto de fatores a ter em conta na gestão de carteiras, para além da escolha dos ativos que devem ser investidos e da sua respetiva quantidade, isto porque a estrutura de uma carteira se altera com o desempenho desigual de cada ação. Neste contexto, a diversificação é vista como uma medida de gestão durante a gestão de carteiras e representa uma estratégia de controlo de risco e maximização da rentabilidade (Tokat & Wicas, 2007).

A estratégia de gestão de carteiras exige a definição de uma série de regras, segundo a carteira é modificada a nível de pesos de cada ativo. Assim, o investidor deve definir numa fase anterior qual a frequência que deve ser feita a monitorização, em que altura devem ser efetuadas as ponderações. Cada carteira tem objetivos de risco e retorno específicos e, por esta razão necessita de regras que melhorem cada situação (Fabozzi & Markowitz, 2011)

Van Vliet & Blitz (2011) referem que as propriedades de risco e retorno na gestão de carteiras são altamente dependentes da fase predominante do ciclo de negócios. O risco tem tendência a aumentar em alturas menos boas, o que se torna indesejável para um investidor com aversão ao risco.

Para além do risco, o retorno médio de muitos ativos é igualmente dependente do ciclo económico, sendo que a maior parte dos ativos apresenta retornos acima da média durante as fases de recessão e recuperação, e retornos abaixo da média durante as expansões e picos.

Os resultados obtidos por *Nyberg* (2012) demonstraram que a força de aversão ao risco pode ser significativamente maior no período de recessão em comparação com a expansão, para além de que a variância condicional é maior durante os períodos de recessão.

É importante referir que o artigo de *Seidl* (2012) apresenta diferenças de uma análise fora da amostra no desempenho e no portfólio da abordagem clássica de Markowitz e um negócio de otimização de portfólio dependente do ciclo. Assim, o modelo de ciclo de negócios supera a diversificação de carteiras de Markowitz para o investidor arriscado ou avesso ao risco.

A otimização do ciclo de negócios funciona melhor com o objetivo de desempenho absoluto estável, sendo que a alocação de ativos estratégicos do ciclo de negócios conduz a um desempenho absoluto e estável de ativos (*Van Vliet, Blitz* 2011).

Os mercados económicos atualmente, ao nível nacional e internacional, continuam a ter os maiores desafios para os altos executivos e conselhos de administração que fornecem a estratégia e supervisão de gestão para as organizações em que atuam. São eventos como os terremotos, a agitação política no Oriente Médio, as preocupações contínuas sobre as ameaças

de divulgação de informação, que destacam o impacto da velocidade em que os eventos emergentes podem afetar o sucesso estratégico de uma empresa. Cada vez mais empresários estão a perceber que as abordagens tradicionais de gestão de riscos requerem um aperfeiçoamento de modo a tornar a gestão mais eficiente com os riscos atuais (*Cummings & Weiss, 2009*).

Alguns estudos de investigação destacaram essencialmente, a relação entre alguns modelos de negócio, das características e o grau de risco bancário. Anteriormente à situação de crise mundial, alguns estudos centraram a interação direta entre os riscos e um conjunto de fatores como o capital próprio (*Wheelock & Wilson, 2000*), a eficiência operacional (*Kwan & Eisenbeis, 1997*), fontes de financiamento (*Demirgüç-Kunt & Huizinga, 2010*), melhoria da segurança e vínculos com os mercados financeiros (*Boot & Thakor, 2010; Chaves et al., 2008; Mian e Sufi, 2009*), governação corporativa (*Laeven & Levine, 2009*) e diversificação (*Stiroh, 2010*).

O risco é um termo comum que atualmente é utilizado no quotidiano de todas as atividades, definindo-se como a possibilidade de um acontecimento futuro e incerto ou perigo. Por um lado, está normalmente associado à possibilidade de perda, mas por outro, está igualmente associado à possibilidade de ganho (*Teller & Kock, 2013*)

De acordo com Bernstein (1997) o risco tem origem no termo “*riscare*”, ou seja, ousar e opção, a capacidade de administrar os riscos e a vontade de correr esses riscos, efetuando opções ousadas são elementos-chave da energia que estimula o sistema económico.

O risco e o retorno são o binómio do investimento, inter-relacionados e inseparáveis, uma vez que os retornos que os investidores recebem representam a compensação de aceitar riscos, sendo que estes enfrentam tarefas cruciais para determinar o nível de risco que estão dispostos a assumir (*Jonnas, 2010*).

Enquanto retorno e risco são conceitos fundamentais de investimento, uma abordagem muito diferente é a estimativa de risco. Os retornos podem ser calculados usando metodologias amplamente aceites e baseadas em números publicamente disponíveis, como os preços de encerramento de um título. Contudo podem existir situações em que é complexa a avaliação dos ativos que não são negociados publicamente, mas no final, os retornos podem ser facilmente comparados entre carteiras e períodos (*Patanakul, 2015; Sanchez, Robert, Bourgault & Pellerin, 2009*).

A medida de risco, no entanto, é muito mais complicada, existindo muitas estruturas para descrever o investimento de risco, mas diferem na maneira como incorporam a probabilidade de ocorrência de eventos no futuro (*Patanakul, 2015*)

A gestão de riscos é um elemento importante para a gestão abrangente das carteiras (*Jerbrant & Karrbom-Gustavsson, 2013*). Os principais aspetos da gestão de riscos foram amplamente estudados na literatura disponível sobre o assunto, relativamente aos seus usos e aspetos interpessoais.

Os estudos disponíveis indicam as limitações significativas da gestão tradicional de riscos, ou seja, é orientada para o risco individual da carteira num meio de muitas carteiras (Costantino *et al.*, 2015)

Com base nos trabalhos de Markowitz, uma carteira pode ser descrita como um conjunto de ações que quando são geridas juntas e permitem a maximização dos seus valores esperados no nível de risco assumido (Markowitz, 1959).

As questões relacionadas com a gestão de riscos da carteira são descritas em relação aos seus métodos e aplicações. A gestão de riscos ao nível da carteira pode melhorar a sua eficácia em comparação com o nível de riscos por carteira (Costantino *et al.*, 2015; Kutsch & Hall, 2009)

Uma análise de estudos disponíveis no âmbito da gestão de riscos de carteira permite a identificação dos que debatem esta questão de forma teoria e empírica. Pellegrinelli foi o primeiro a debater este tema, e divulgou a diferença entre a gestão do risco nos vários tipos de carteiras (Martinsuo & Poskela, 2011).

Por um lado, Olson (2008) identificou diferenças significativas entre a gestão de riscos ao nível de projeto, uma vez que o autor considera que a cada modificação na estrutura de pesos de ações numa carteira se considera um novo projeto, e a gestão de riscos ao nível da carteira. Por outro lado, Teller (2013) apresentou um extenso estudo empírico e demonstrou o impacto da formalização e qualidade da gestão de riscos no sucesso da carteira.

O estudo de Hoffman (2017) teve como objetivo analisar os riscos e os fenómenos negativos de uma carteira de projetos, onde foram identificados com base na literatura disponível, os riscos e os fenómenos específicos de uma carteira de projetos. Os resultados do estudo demonstraram que, para os gestores de carteira de projetos, o conjunto de riscos desenvolvido com base nos estudos teóricos pode constituir um ponto de partida para a extensão a novos riscos específicos para as suas empresas.

De acordo com a opinião dos autores, este conhecimento permite que os gestores de carteiras desenvolvam e testem modelos para a descrição dos riscos da carteira e as interdependências entre eles, ajustados à especificidade da atividade de uma determinada empresa.

Deste modo, existe um conjunto de fatores que afetam o desempenho financeiro de uma empresa, que podem ser a adequação de capital, a qualidade dos ativos, a qualidade da gestão, qualidade de ganho ou a liquidez, sensibilidade de risco moderado, ou mesmo as opções de crescimento.

A adequação de capital está relacionada com o nível de capital necessário para manter o equilíbrio com as exposições de riscos operacionais de mercado de investimento, com a finalidade de adequar as perdas potenciais e salvaguardar o capital do investidor. Assim, a adequação de capital concentra-se na capacidade de gestão de carteiras para lidar com as necessidades de capital, a natureza da composição do balanço, a quantidade de capital e a

capacidade de acesso a fontes de capital, incluindo mercado de capitais, volume de ativos e a capacidade de investimento de carteira (Sistema de classificação financeira uniforme, 1997).

A qualidade de ativos representa a extensão da solidez financeira e dos riscos nos ativos da empresa que constituem as ações e investimentos, assim como a qualidade dos ativos nos indica os níveis de risco de crédito associados a esses ativos.

De acordo com *Hung* (2014) investir é a principal atividade empresarial para a maior parte das instituições, sendo que a carteira de investimentos é geralmente o maior ativo e a fonte predominante de receita, logo, podemos dizer que se trata de uma das maiores fontes de risco para a segurança de uma organização e para a sua solidez.

Não obstante, a gestão eficaz da carteira de investimentos e da função de crédito é importante para a segurança e solidez de uma organização, já que a gestão de carteiras de investimento é o processo pelo qual os riscos inerentes ao processo de gestão são geridos e controlados (Taras & Taras, 2013) Deste modo, avaliar a gestão de carteiras envolve uma gestão por etapas que leva a identificar e controlar o risco em todo o processo de investimento. Esta avaliação concentra-se no que a administração faz para identificar os problemas antes de se tornarem problemas maiores (*Petrini & Marlei*, 2010)

No estudo de *Hassan, Malik, Amjad & Mehboob* (2014) sobre os desafios enfrentados pelos investimentos, foi identificado que as condições económicas se tornam mais desafiadoras, de igual modo que as organizações têm menos recursos para implementar novos negócios ou alterar projetos/programas, reduzindo assim a sua possibilidade de atuação no mercado. Com a avaliação do desempenho dos fundos de investimento é fundamental definir o objetivo dessa avaliação, uma vez que alguns destes autores referem o desempenho de uma carteira assente na comparação da rentabilidade conseguida com essa carteira de acordo com as carteiras alternativas.

A composição de uma carteira adequada do ponto de vista do investidor leva à alocação ótima de ativos que satisfaçam tanto a tolerância de risco do investidor quanto a sua taxa de retorno esperada. Este processo de alocação de ativos envolve técnicas quantitativas ou qualitativas. Como as técnicas qualitativas são geralmente de natureza subjetiva, as quantitativas refletem os avanços da moderna teoria da diversificação com a necessidade de procedimentos precisos.

A estrutura de alocação de ativos mais utilizada é a otimização de média-variância descrita por Markowitz (1959). Tal procedimento maximiza o retorno esperado para um dado nível de risco ou minimiza de forma equivalente o risco para o retorno. Este procedimento inclui passos como:

- Especificação dos ativos para alocação estratégica dos ativos
- Pressupostos prospetivos do modelo: retorno esperado, risco e correlações,
- Algoritmo de otimização: otimização de média-variância para criar uma fronteira eficiente,

- Seleção da carteira: com base no nível de tolerância ao risco estimado, encontramos um ponto da fronteira eficiente.

A premissa mais importante na abordagem clássica da média-variância é a necessidade de padronizar os retornos da classe de ativos, embora na classe de ativos e na dos retornos não são normalmente iguais, porém, a não consideração destes pode criar carteiras mais arriscadas para o investidor.

Outra limitação que afeta a abordagem de média-variância é a sua alta sensibilidade relacionada com as estimativas de retornos, desvios-padrão e correlações. Este facto conduz a alocações de ativos através das quais a maioria das empresas está concentrada num pequeno número de classes de ativos que compõem o conjunto de oportunidades, contrariando a noção de diversificação de carteira, de modo a abranger diversos mercados diminuindo o risco que pode estar associado a um mercado específico. Além disso, a maioria dos investidores tem objetivos de vários períodos, enquanto a estrutura de média-variância é um modelo de otimização de período único. Como resultado, uma carteira recomendada que foi ideal num período, pode não o ser noutro período.

A avaliação do desempenho da carteira é uma das tarefas mais difíceis para qualquer gestor de carteiras, geralmente, as medidas compostas combinam o risco e o retorno num único índice, já que as medidas originais compostas por desempenho das carteiras incluem a medida *Sharpe*, a medida de *Treynor*, a medida de *Jensen* e a razão de avaliação informativa.

No modelo de *Treynor* considera o risco como sistemático e não sistemático. Por um lado, o risco não sistemático pode ser eliminado através da diversificação, e o risco sistemático é o risco de mercado que não pode ser diversificado e todos os investidores têm de suportá-lo. O modelo de *Treynor* é usado para medir o desempenho de uma carteira gerida em relação ao retorno por unidade de risco sistemático, ou seja, por unidade de risco de mercado, tal como podemos evidenciar pela equação nº2 que se apresenta abaixo:

$$\text{Coeficiente de Treynor} = \frac{r_i - r_f}{\beta_i}$$

Equação 2- Coeficiente de Treynor

Na equação acima representada pode ler-se:

r_i – Rendibilidade média da carteira em estudo;

r_f – Rendimento da carteira de mercado;

β_i = Coeficiente como medida de risco sistemático da carteira em estudo.

William F. *Sharpe* (1966) introduziu o conceito de ativo livre de risco e retorno sobre este ativo como taxa livre de risco na sua teoria de diversificação. A taxa livre de risco é usada para determinar a taxa de retorno exigida sobre ativos de risco, já que a taxa de retorno exigida tem um grande significado para a avaliação de títulos, descontando os fluxos de caixa com a taxa de retorno requerida. Este facto levou ao desenvolvimento do CAPM (*Capital Asset Pricing Model*), pouco depois, *Sharpe* concebeu uma medida composta para avaliar o desempenho dos fundos mútuos. Na medida de *Sharpe* o desempenho da carteira, de seguida demonstrado pela equação nº3 do índice de *Sharpe*, é declarado da seguinte forma;

$$\text{Índice de Sharpe} = \frac{r_i - r_f}{\delta_i}$$

Equação 3- Índice de Sharpe

Sendo,

r_i = Retorno médio da carteira em estudo;

r_f = Retorno médio da carteira de mercado;

δ_i = Desvio padrão dos retornos da carteira em estudo.

Assim, importa referir que esta medida composta do desempenho da carteira é semelhante à medida de Treynor, no entanto, procura medir o risco total da carteira, incluindo o padrão do desvio dos retornos em vez de considerar somente o beta (risco sistemático).

O prémio de risco é dividido por desvio padrão da carteira, esta medida indica o prémio de risco de retorno ganho por unidade de risco total. Esta medida usa o risco total para comparar o desempenho das carteiras. Logo, a medida de *Sharpe* avalia o gestor de carteira com base no desempenho da taxa de retorno e na diversificação.

Segundo *Jensen*, assumindo que os mercados de capitais são eficientes e que o CAPM é preciso na estimativa dos retornos de uma carteira, podemos calcular os valores alfa pela equação nº4 apresentada abaixo:

$$\text{valor Alpha} = r_i - [r_f + \beta_i(r_m - r_f)]$$

Equação 4 - Valor Alpha de Jensen

De acordo com a proporção, se o valor alfa for positivo, então o desempenho é satisfatório na carteira. A ideia subjacente ao rácio de informação também chamado de rácio de avaliação proposto por *Grinold* (1989) é obter o desempenho relativo a uma determinada carteira de referência, medindo o retorno excedente do fundo sobre um determinado marco de referência, dividido pelo desvio do excesso de retorno ou, mais concretamente, o grau de regularidade que supere o *benchmark*.

A gestão da carteira tem como objetivo superar um índice determinado de títulos que estão abaixo do preço. A gestão ativa de carteiras só vale a pena se o retorno adicional realizado através da gestão ativa é maior do que o custo de manter o pessoal necessário, que podem ser os honorários de administrador, reembolso de analistas e maior volume de negócios por carteira.

Por um lado, outro custo associado é que um fundo ativo é mais propenso e potencialmente maior quando comparado com a rotatividade de gestores de investimento que, se não atingirem os retornos predeterminados, estes curtos disparam rapidamente. Os diferentes estilos e crenças de diferentes gestores causam (condicionado pela alta rotatividade de gerentes) rotatividade adicional do custo. Por outro lado, também temos o custo do volume de negócios que depende do tamanho do negócio e da liquidez deste. A liquidez geralmente refere-se à capacidade de executar grandes transações com impacto de preço limitado, e tem tendência para estar associada a baixos custos de transação e ao imediatismo na execução.

A liquidez é um conceito multidimensional, dependendo de uma variedade de fatores, incluindo a estrutura do mercado e a natureza do ativo que está a ser negociado, tanto o nível como a resiliência da liquidez são importantes para o mercado, estas mudanças estruturais de mercado aumentam a fragilidade da liquidez.

Para entender melhor porque as empresas podem fazer investimentos arriscados, a literatura académica sobre o comportamento de risco apresentou um conjunto de estudos.

Na teoria das finanças corporativas, o risco excessivo indica que as empresas estão a transferir a riqueza dos detentores de títulos aos acionistas, aumentando o risco da empresa depois que estes acionistas não puderem se comprometer com uma estratégia de risco apropriada, isso pode levar a uma situação prejudicial para os obrigacionistas, com consequências prejudiciais.

A capacidade de resposta do mercado mudou a versão beta da carteira de acordo com a sua previsão, contudo, os *market timers* aumentaram o beta na carteira, situando-se acima da carteira de mercado se a sua previsão for otimista. Os valores mobiliários com maior beta do que os de mercado podem resultar numa maior valorização da segurança específica do que na valorização do mercado. O inverso também pode acontecer se a previsão for negativa, colocando à prova a capacidade de resposta do mercado. Assim, *Treynor & Mazuy* realizaram o primeiro estudo sobre o tempo de resposta do mercado e, descobriram que os fundos mútuos não exibiam qualquer capacidade de resposta.

A base para medir o desempenho é o ajuste do retorno de uma carteira para o risco que suportou durante o período em consideração. Tradicionalmente, o ajuste era baseado na linha do mercado de títulos ou no capital de mercado, sendo as medidas de desempenho baseadas na linha de mercado de segurança como sendo o Alfa de Jensen e o índice de Treynor. As medidas tradicionais baseadas no mercado de capitais e no desempenho da carteira são o Índice de Sharpe, o RAP (Risco-Ajustado de Performance) rácio proposto por *Modigliani*, e o RAR da *Morningstar (Risk-Adjusted)* integrado também nesta categoria.

O modelo *Fama & French* é construído sobre o Modelo de Teoria de Preços de Arbitragem desenvolvido por Ross em 1976. Assume-se que num mercado de equilíbrio, a arbitragem da carteira deve ser zero, ou seja, uma carteira de arbitragem não pode existir, logo, iria vender ativos com retorno esperado menor do que o implícito pelos fatores de risco comuns detetados pelo mercado, e comprar ativos cujo retorno esperado é maior do que o implícito pelos fatores de risco.

Este processo de arbitragem garante o equilíbrio como participantes do mercado até que não haja mais nenhuma possibilidade em obter um lucro sem risco, trocando uma garantia por outra.

Sob a hipótese nula de não haver informações superiores, tanto atuais quanto passadas, os pesos não são correlacionados com os retornos atuais e, portanto, a medida PCM deve ser zero. Assim, os potenciais problemas com esta medida podem resultar da violação do pressuposto para este conceito, ou seja, que os retornos médios de ativos são constantes ao longo do período de amostragem (*Elton & Gruber, 2011*).

As carteiras especializadas em alvos de aquisição ou falência de ações realizam um desempenho positivo com esta medida porque incluem os ativos cujos retornos esperados são maiores que o usual. O mesmo é válido para os gestores que exploram a correlação nos retornos das ações, devendo também ter em mente que esta medida só pode ser aplicada se o avaliador conhecer a composição exata da carteira ao longo do tempo, o que pode ser a causa do seu uso pouco frequente (*Heidorn et al., 2010*).

Muitas organizações lutam por fazer um bom acompanhamento da sua carteira, contudo os problemas típicos enfrentados pelas organizações incluem: muitos projetos em execução ao mesmo tempo que, em última análise, não são entregues devido à falta de foco, objetivos estratégicos que não são apoiados por um projeto, investimentos em projetos que não estejam alinhados com os objetivos estratégicos e, a falta de monitorização contínua do desempenho da carteira e decisões de ajuste.

De uma forma geral, as organizações enfrentam desafios na gestão de vários projetos relacionados, especialmente nas áreas de visibilidade na execução de projetos financeiros. A gestão de carteiras ajuda as organizações a formalizar e melhorar a seleção de novas oportunidades de desenvolvimento de produtos e serviços e, garante que estejam alinhadas com a estratégia corporativa.

A gestão de carteiras refere-se à ciência de analisar os pontos fortes e fracos, e quais são os objetivos do projeto, quais são os recursos do projeto a serem implementados e as oportunidades e ameaças para executar um grande conjunto de atividades relacionadas com a gestão de carteiras, de modo a maximizar o retorno de um determinado risco. O processo de gestão de carteiras começa com a quantidade de capital é necessário para tal projeto, que após analisar os fatores, o investidor avalia o projeto ou a segurança em termos financeiros, como o retorno, risco, etc., e de acordo com a estratégia da organização e escolhe a margem de segurança do projeto.

A maior parte da literatura tem destacado a gestão de carteira para estabelecer a prioridade e seleção de projetos em linha com a organização. Por um lado, a implementação da estratégia organizacional através da gestão de carteiras de projetos, depende de um constante fluxo de sucesso de novos produtos.

Por outro lado, a efetividade de uma decisão é associada aos processos utilizados na escolha da melhor opção que podem ser caracterizados através da aprendizagem e estabelecimento de relações de causa e efeito das respectivas opções, das quais resulta numa melhoria de sucesso (*Chao & Kavadias, 2008*).

Este sucesso na organização, a longo prazo depende de processos de decisão efetivos e relacionados com as oportunidades disponíveis na gestão de carteiras de projetos. Com base no conceito de satisfação, resultados de boas decisões e a subjetividade, *Dean & Sharfman (1996)* estabelecem que uma decisão só pode ser considerada efetiva se for caracterizada pela consolidação na forma de ação e pelo alcance dos objetivos conforme planeado. Assim, a literatura sugere que existem poucos estudos de pesquisa e de proposição de práticas voltadas à sustentabilidade na gestão de carteiras, principalmente na tomada de decisões (*Brones, Carvalho & Zancul, 2014; Khalili-Damghani & Tavana, 2014; Silvius & Schipper, 2014*).

Na literatura de gestão de carteiras existe alguma ligação com o desenvolvimento de processos de gestão de carteiras na tomada de decisões (*Cooper & Edgett, 2004; Hauser, Tellis & Griffin, 2006*), uma vez que a literatura existente fornece pouca compreensão de como tais decisões são tomadas (*Kester, Griffin, Hultink & Lauche, 2011*).

De acordo com *Modica, Braun & Rabechini (2010)*, a gestão de carteiras é apresentada como uma disciplina complexa, pois vai desde o nível estratégico da organização até aos departamentos responsáveis pelos projetos em andamento, exigindo a maior comunicação para lidar de forma eficiente com as questões de natureza política da organização, tais como a alocação de recursos e a priorização de alguns projetos em detrimento de outros, o que exige a capacidade de negociar com as partes interessadas.

Siqueira & Crispim (2014) referem que um dos maiores desafios para as organizações é desenvolver e melhorar a capacidade de compor uma gestão de carteiras que esteja alinhada com o modelo de negócios e, que contribua para alcançar os resultados e benefícios esperados pela organização.

2.2- Contabilização de Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros representam qualquer contrato que origine um ativo financeiro de uma entidade, e por sua vez origine um instrumento financeiro passivo ou instrumento de capital próprio a outra entidade. Caso essas componentes estiverem ausentes, esse item não será considerado um instrumento financeiro. Assim, sublinha-se que um instrumento financeiro tem duas vertentes - uma parte do contrato deve ter um ativo financeiro, enquanto a outra parte do contrato detém um passivo financeiro ou instrumento de capital próprio. Como a definição de instrumento financeiro que acaba de ser apresentada indica que deve existir um direito ou uma obrigação contratual para que algo seja considerado um instrumento financeiro. Se não houver direito contratual ou obrigação, então não há instrumento financeiro.

O uso e desenvolvimento de formas alternativas de instrumentos financeiros aumentaram acentuadamente na última década - particularmente o uso de instrumentos financeiros secundários ou derivativos. Este aumento proporcionou aos reguladores inúmeras questões para resolver. Por muitos anos, era comum que muitos instrumentos financeiros fossem mantidos fora do balanço, com pouca ou nenhuma revelação da sua existência.

Este aspecto alterou-se, e agora em resposta aos novos requisitos de divulgação. No passado, havia uma divulgação comum de instrumentos como futuros, swaps e opções. Isso significava que muitos leitores de demonstrações financeiras desconheciam os riscos a que uma organização estava exposta, especialmente se os instrumentos em questão estivessem na forma de títulos. Nos casos em que as organizações não divulgam detalhes de determinados instrumentos financeiros relevantes, é difícil entender como tais demonstrações financeiras atenderiam ao critério verdadeiro e justo da Lei de Relatórios Financeiros de 1993.

Tendo em conta a ocorrência da crise financeira internacional, o *International Accounting Standards Board* (o Conselho) publicou a IFRS 9, instrumentos financeiros em julho de 2014. A crise chamou a atenção para alguns problemas relacionados com os padrões contábilísticos que contribuíam para a perda de confiança no sistema bancário, sendo uma das principais fraquezas a demora no reconhecimento de imparidades decorrente das perdas de crédito. Desta forma, o IASB definiu uma abordagem que facilitasse o reconhecimento mais rápido das perdas por empréstimos.

A publicação de julho de 2014 representa a versão final da IFRS9, e dá por terminado o projeto do IASB para substituir a IAS 39 instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração. Devido aos diferentes pontos de vista estas normas têm sido constantemente alteradas, destacando principalmente, as alterações que ocorreram em 2004, as quais introduziram grandes limitações à utilização de opções pela contabilização através do justo valor.

De salientar que a contabilização de instrumentos financeiros conduz a um conjunto de problemas práticos, e a principal questão deve-se às várias utilizações que podem ser dadas aos instrumentos financeiros. E, deste modo, as regras contábilísticas devem conciliar as atividades que detêm instrumentos financeiros com a finalidade de receber fluxos de caixa relativos aos

mesmos e as atividades que detêm instrumentos financeiros com a finalidade de beneficiarem das variações de justo valor.

O modelo de contabilização geralmente aplicado aos instrumentos financeiros é misto, permite a existência de instrumentos financeiros ao justo valor com outros baseados no custo histórico. Este modelo misto representa a base de grande parte da complexidade da contabilização dos instrumentos financeiros, isto porque mantém a complexidade da contabilização ao justo valor. Por outro lado, as normas têm de definir cada um dos sistemas, a sua aplicação o que aumenta a extensão das normas.

De acordo com o IAS 39, os ativos financeiros podem ser analisados em quatro categorias diferentes, tal como podemos ver na figura 8 abaixo representada, distinguindo os empréstimos recebíveis, dos ativos mantidos para negociação, os ativos que mantemos até ao seu vencimento e por fim os ativos que disponibilizamos para venda.



Figura 8- Categorias de Ativos financeiros (Fonte: elaboração própria)

Os empréstimos e recebíveis e os ativos mantidos até ao vencimento foram mensurados com base no custo amortizado, e os outros dois foram avaliados de forma justa, embora o ganho/perda foi para o lucro da negociação e reservas para ativos disponíveis para venda, respetivamente.

Não obstante as reservas para os ativos disponíveis para venda são reciclados através do lucro na transferência dos investimentos. Além de que, a categoria de títulos mantidos até ao vencimento raramente funcionava, pois existiam regras de contaminação que significavam que se um ativo fosse vendido dentro dessa mesma categoria antes do vencimento, teria corrompido toda a categoria e teria de ser reciclado. As novas regras na IFRS 9 não possuem estas categorias, mas classificam-se de acordo com o ativo financeiro e se as suas entradas são apenas de juros.

Como menciona Corujas (2013) podemos subdividir os investimentos financeiros em 4 categorias diferentes: ativos ou passivos financeiros mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados (derivados, ou detidos para negociação) (IAS 32); investimentos detidos até à maturidade; empréstimos concedidos e contas a receber; e ativos financeiros detidos para venda. Estes valores devem ser divulgados no Balanço, podendo classificar-se como correntes ou não correntes.

Assim, pelo disposto na IAS 32, dividimos em ativos e passivos financeiros, os instrumentos transacionados, como discriminamos abaixo:

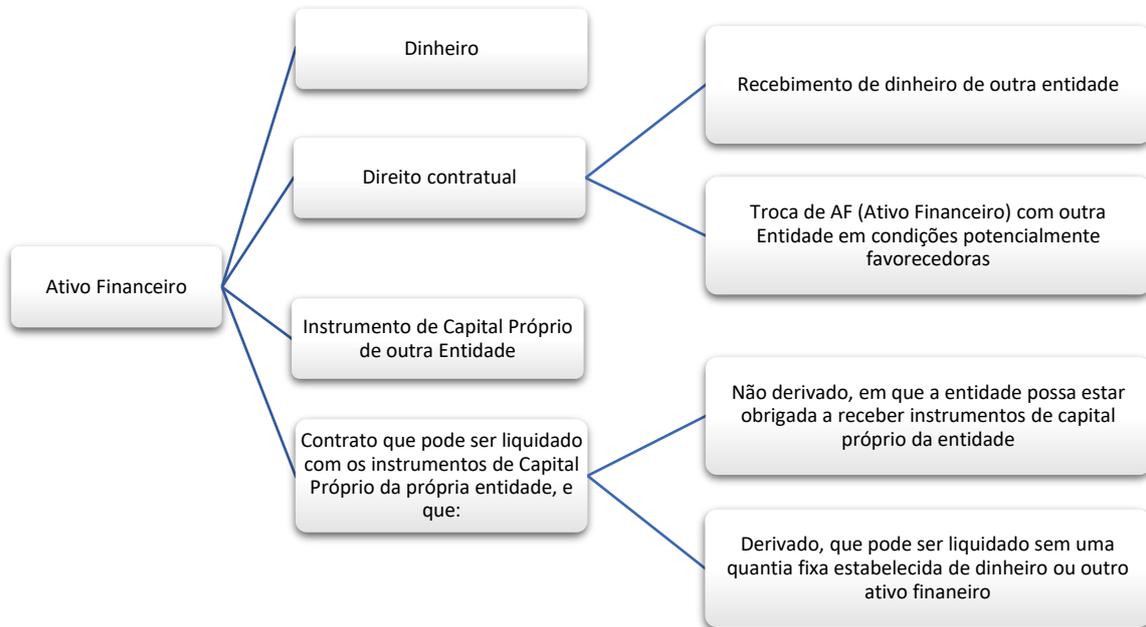


Figura 9- Ativos Financeiros (Fonte: elaboração própria)

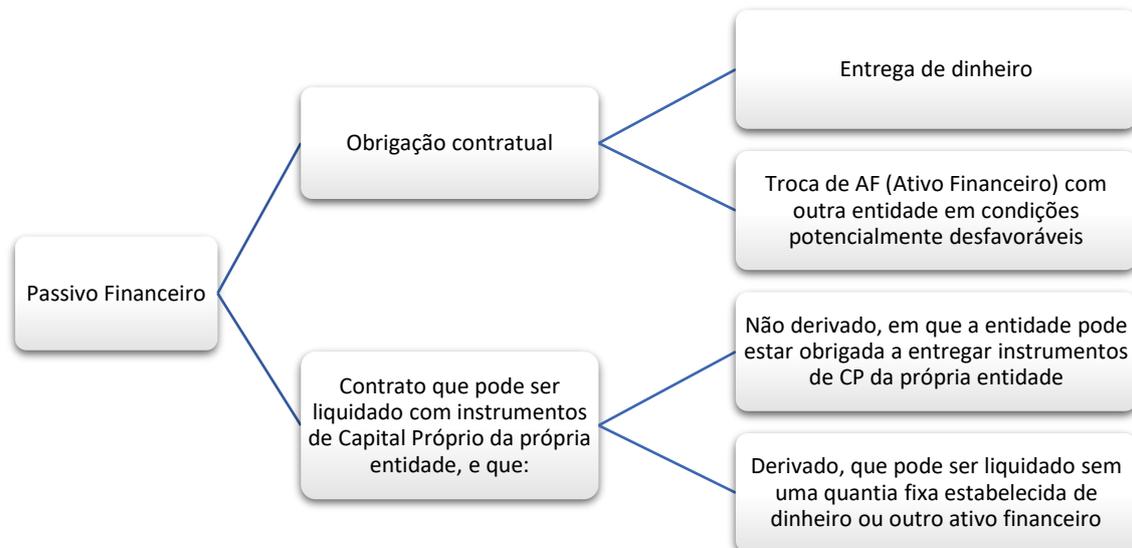


Figura 10- Passivos Financeiros (Fonte: elaboração própria)

Quando uma empresa decide investir neste tipo de ativos para poder receber mais ingressos que não seja decorrente da sua atividade normal, devemos divulgar estes ativos nas suas contas, nomeadamente no Balanço, de forma a dar informação sobre a sua posição financeira, evidenciando eventuais alterações nas Demonstrações de Alterações de CP e dos Fluxos de Caixa. Relativamente à mensuração destes ativos deve ser pelo método do custo amortizado ativos (NCRF 27, §12), sendo mensurados ao justo valor todos os que não se enquadrem nos seguintes parâmetros:

- Instrumentos Financeiros, de acordo com o parágrafo 13:
 - À vista ou com maturidade definida
 - Com retornos fixos, de taxa fixa ou variável de indexante típico de mercado, para operações de financiamento, ainda que com spread sobre o indexante
 - Sem cláusula contratual de perda de valor nominal ou juro acumulado para o detentor.
- Contratos para conceber empréstimos:
 - Sem negociação de base líquida
 - Que reúnam condições para reconhecimento pelo custo amortizado menos perdas por imparidade, e a entidade entenda no momento inicial mensurar pelo custo
- Investimentos de CP que não sejam negociados em público e o seu JV não possa ser determinado com fiabilidade

Outra forma de investimento são os fundos de investimento, sendo geridos por sociedades gestoras com recurso a bancos depositários. Estes fundos são divididos em unidades de participação de valores mobiliários, baseando-se em subscrições e resgates dos quais é mais fácil acompanhar a rentabilidade risco.

Os fundos podem ser classificados quanto à sua variabilidade de capital em abertos, fechados e mistos, e quanto à sua remuneração como fundos de rendimento ou de capitalização.

Fundos de Investimentos Mobiliário	Fundos de Investimento Imobiliário	Fundos de Capital de Risco	Fundos de Pensões
<ul style="list-style-type: none"> • Fundos de ações • Fundos de Obrigações • Fundos Mistos • Fundos de Tesouraria e de Fundos • Fundos de Investimentos • Fundos do mercado monetário • Fundos com proteção de capital • Fundos Flexíveis e de Índices • Fundos de Poupança • Ações/Reforma/Educação 	<ul style="list-style-type: none"> • Património de bens imobiliários ou projetos de construção para posterior venda ou arrendamento 	<ul style="list-style-type: none"> • Participações em empresas jovens • Participações de empresas de elevado potencial de rentabilização • Participações com dificuldades financeiras 	<ul style="list-style-type: none"> • Plano de pensões, com direito a recebimento como reforma antecipada, por velhice ou invalidez

Figura 11-Categoria de Fundos de Investimento (Fonte: elaboração própria)

Os custos de transação dos instrumentos mensurados ao JV, não são incluídos na mensuração inicial, mas devem ser incluídos na conta de resultados de período.

Tal como mencionamos acima, podemos utilizar instrumentos derivados sobre as taxas de juros, de modo a cobrir eventuais descidas acentuadas da taxa de juro, tais como Swaps de taxa de juro; caps; floors; collars; produtos híbridos, como forward swaps; contratos de futuros sobre taxas de juro; ou opções sobre futuros de taxas de juro.

O senhor Harry Markowitz, apontado por muitos como o grande teórico nesta matéria, foi o criador da diversificação do investimento em ativos financeiros através da criação de carteiras de ativos com risco diversificado, diminuindo assim a probabilidade de perder dinheiro e possibilitando o ganho de benefícios ligeiramente confortáveis.

Este teórico aponta como um dos principais pressupostos é que quando um investidor é avesso ao risco, este tende a diversificar muito mais a carteira para ativos menos ariscados e com rendibilidades mais baixas, de modo a diminuir perdas avultadas. Em consequência foram criadas fórmulas matemáticas que potenciam a gestão de modo mais previsionar, tendo em consideração também os anteriores comportamentos dos ativos nos quais se tenciona investir.

Assim, quando queremos estimar uma taxa de rendibilidade da carteira que constituímos ou tencionamos constituir, devemos multiplicar a rendibilidade de um determinado ativo pelo seu peso na carteira, e assim para todos os títulos, somando no final as rendibilidades.

Para fazer a avaliação do risco e rendibilidade das carteiras Brandão (1998), Pires (2016) e outros autores que têm vindo a estudar o tema apresentam diversas fórmulas. Contudo, existem inúmeras possibilidades de carteiras, já que os riscos e as rendibilidades estão em constante mudança e as combinações podem ser tão mais arriscadas quanto o investidor quiser. Logo, surgiu a fronteira eficiente que nos ajuda a encontrar uma constituição de carteiras consideradas ótimas.

Esta mostra-nos, através de apoio gráfico, a linha onde essas carteiras não podem ser mais rentáveis tendo em consideração um determinado nível de risco, sendo que as carteiras constituídas que se encontrem à direita da curva se consideram ineficientes, já que apresentam menores rendibilidades para o risco em que o investidor incorre.

No entanto a variabilidade dos ativos e seus níveis de risco podem ser influenciados por fatores externos às organizações que os detêm, tal como podemos ver pelos estudos de Bico (2016), de Tsap (2016) e também de Lopes (2011).

Como podemos ver com estudo de Tsap (2016) as variações verificadas nas bolsas não derivam exclusivamente das decisões da gestão de uma empresa cotada ou se expandiu o seu mercado, mas também pelas consequências de outros mercados, tal como a crise de 2008 que abalou todos os mercados e a nível mundial, instaurando assim a incerteza.

O que Tsap (2016) pretende demonstrar através deste estudo é a correlação que existe entre os restantes mercados e o mercado financeiro. Deste modo, o autor mostra que nos primeiros anos, entre 2007 (quando começaram a surgir os primeiros indícios de que o mercado iria entrar em quebra) e início de 2011, foi sentida falta de liquidez por parte dos Fundos de Investimentos Mobiliários, mas como houve reajustamentos na alocação de ativos o impacto negativo não foi muito sentido. Porém, a partir de meados do ano 2011, o mercado bolsista mundial levou um tremendo abalo, e a bolsa portuguesa não foi exceção.

Mesmo sendo o epicentro na bolsa americana, Lisboa sentiu a necessidade de mudar as suas políticas de investimento para uma ótica mais defensiva, o que acabou por traduzir os esforços como nulos. Como estratégia, optaram por depósitos a prazo e outros ativos denominados como ativos sem risco, já que os títulos se tornaram intensamente voláteis e inconstantes, diminuindo o seu preço drasticamente.

Com a realização desta investigação o autor pretende, por um lado, salientar a importância das entidades fiscalizadoras e todos os regulamentos existentes, que poderão evitar o descontrolo do mercado, mas também o comportamento dos investidores quando as condições de mercado se demonstram incertos.

Bico (2016) também nos apresenta um fator de volatilidade da rendibilidade dos ativos que, tal como refere acima, não depende da própria organização, mas da relação recíproca entre bolsas intercontinentais. O autor destaca os mercados europeus, americanos e asiáticos com maior correlação entre si, assim, se um destes continentes entrar em quebra muito facilmente chegará aos outros dois.

No entanto, ambos autores salientam que não é possível encontrar uma teoria ou método que possibilite minimizar a probabilidade de haver uma crise financeira nem mesmo de evitá-la.

No entanto, outro fator que pode levar à instabilidade dos ativos é a distribuição de dividendos. Lopes (2011) apresenta no seu trabalho evidência de que o mercado reage quando é anunciada diminuição, aumento ou manutenção de dividendos.

Assim, quando é anunciado um decréscimo de dividendos nota-se um comportamento negativo face ao ativo, durante os cinco dias de análise. Este comportamento também encontrado quando é anunciada a manutenção de dividendos, com distinção de esta no primeiro dia se apresentar tendencialmente como uma reação positiva face aos ativos.

Já quando falamos do aumento de dividendos, nota-se realmente que existe um aumento no preço do ativo e no número de vezes que esse ativo é transacionado por dia, ainda assim, convém lembrar que da amostra do autor não foram considerados os anúncios simultâneos.

De facto, o mercado pode ser muito influenciado por diversos fatores, porém existem modelos previsionais que nos ajudam, mas não com total fiabilidade pela intervenção de tais fatores, que nos podem auxiliar a investir num ou mesmo em vários ativos em simultâneo.

Logo, um dos modelos que surgiram sobre o tema foi o modelo CAPM tem sido utilizado por muitos investidores e é lecionado como um dos modelos primordiais de previsão para o investimento. Lytvynenko (2016) apresenta o seu estudo sobre o caso e aplica-o ao mercado bolsista nacional com o objetivo de teste de aplicabilidade do modelo. Devido à pequena dimensão do mercado português e baixa liquidez, foi difícil apresentar uma amostra sólida.

O modelo CAPM apresenta a medida de risco de um ativo relativamente ao mercado fazendo a diferença entre a taxa de retorno esperado do mercado e a taxa de juro de um ativo sem risco. Deste modo, o retorno esperado do ativo corresponde à soma do prémio de risco do ativo com a taxa de juro do ativo sem risco.

O autor chegou à conclusão que nem sempre se cumpre diretamente o binómio rentabilidade/risco, sendo que demonstra que por vezes betas que se apresentam com maior risco nem sempre se apresentam com uma alta rentabilidade provocada pelo equilíbrio de mercado, bem como betas que se apresentam com riscos menores acabam por apresentar rentabilidades muito superiores.

Com esta investigação, o autor consegue validar como viável a aplicação do modelo em apenas algumas empresas e para alguns anos, contudo a amostragem é influenciada pelo pouco estudo do modelo nesta vertente, ainda sendo um modelo de previsão muito recomendado.

Por último, na gestão de carteiras existe a gestão passiva e a ativa das carteiras. A gestão ativa das carteiras é a mais estudada por se apresentar com várias ferramentas que nos permite ganhar e controlar os ativos por meio de ordens.

Este tipo de gestão de carteiras utiliza toda a informação disponível, através de estimativas e estratégias de investimento, para obter os melhores resultados, baseando-se também em previsões de condições do mercado futuras e cria recomendações específicas para a compra e venda de ativos frequente.

Deste modo, Pires (2016) apresenta no seu estudo uma abordagem sobre o benchmarking e as estratégias stop-loss e trailing-stop, como sendo estratégias muito benéficas quando se pretende

deter o ativo até a sua maturidade e que apresentam resultados consideravelmente mais favoráveis.

A gestão de carteiras pode ser utilizada não apenas em gabinetes de corretoria, mas também por empresas que decidem investir parte do seu capital para assim possibilitar o aumento de ganâncias. Tais investimentos devem ser devidamente contabilizados, bem como os seus respectivos lucros ou perdas, para assim evidenciar se o seu contributo proporcionou resultados mais positivos para as empresas. De modo a refletir numa base contabilística sobre o investimento nestes ativos financeiros, devemos mencionar a “NCRF 27- Ativos Financeiros” do Sistema de Normalização Contabilística.

A NCRF 27 engloba em si o tratamento dos ativos financeiros desde a sua apresentação até a divulgação. Esta norma contabilística trata todos os ativos que não se tratem de investimentos em subsidiárias, de direitos e obrigações do plano de benefícios dos empregados, ou direitos de um contrato de seguro, englobando a IAS 32 que trata da apresentação destes ativos, da IAS 39 que expõe o reconhecimento e sua mensuração, e também a IFRS 7 que aborda a divulgação dos ativos financeiros, Corujas (2013).

Tal como Neves (2010) aborda no seu trabalho sobre a utilização dos swaps, os ativos financeiros podem ser mensurados pelo justo valor ou pelo custo amortizado, contudo anular a mensuração desse ativo só deve acontecer quando expirem os direitos relativos aos fundos de caixa, quando os riscos e benefícios são transferidos para outra parte ou quando esta tenha transferido apenas o controlo do ativo. No que respeita a ganhos ou perdas, a NCRF 27 consideram que aumentos ou perdas associadas a ativos financeiros devem ser refletidas nos resultados, na “Classe 1-Meios Financeiros Líquidos”, e não nos Capitais Próprios, como era mencionado na IAS 39, Corujas (2013).

Capítulo III- Estudo aplicado ao Estágio

Após a última crise financeira e a falta de credibilidade das instituições bancárias junto dos seus clientes, tem vindo a retrair o investimento de pequenos investidores menos arriscados no mercado português.

Deste modo o presente estudo tencionava verificar quais os ativos financeiros que constituíam as carteiras de pequenas empresas e como se realiza o seu tratamento contabilístico. Durante a realização do estágio foi possível contactar com algumas empresas e as suas possibilidades de financiamento, bem como preferem realizar os seus investimentos.

Tendo em conta que se trata de um pequeno gabinete e sem muitos recursos humanos que possam despende para se manterem informados sobre os mercados financeiros, o gabinete apenas faz a interligação entre a empresa cliente e a instituição bancária, com a qual esta estabelece as formalidades para realizar o investimento.

A maior parte das empresas são microempresas que decidem investir em fundos de investimento mobiliário, sendo esta uma boa opção para aqueles que não têm muito tempo e/ou instrução para seguir as tendências de mercado e estudar as suas próprias estratégias, deixando assim “em mãos de quem sabe” para que possam receber mais influxos que um tradicional depósito a prazo.

Relativamente á sua contabilização, quando o fundo é adquirido, mensuramos o valor da transação a débito da conta 13- Outros Depósitos Bancários, uma conta de meios financeiros líquidos, em contrapartida da conta 12- Depósitos à ordem pela saída do dinheiro (NCRF 27 §11).

Relativamente ao reconhecimento de eventuais perdas de imparidade, pela diminuição do valor de mercado do fundo de investimento, este deve ser mensurado pela diferença entre o valor da quantia escriturada e o valor de mercado do ativo financeiro, devendo ser lançada essa diferença numa conta da classe 65- Perdas por Imparidade, em contrapartida da conta 13- Outros Depósitos Bancários (NCRF 27 § 30). Estas diferenças do valor do ativo financeiro devem ser divulgadas na demonstração de resultados e no balanço da entidade (NCRF 27 § 45).

Por último, quanto à anulação deste, a entidade lança a débito o valor da quantia escriturada na conta 13- Outros depósitos à ordem, em contrapartida da 12- Depósitos à Ordem ou 2711- Fornecedores de investimentos.

3.1- Inquérito de avaliação dos clientes quanto à Gestão de Carteiras

Durante a realização do estágio foi possível perceber que a questão de gestão de carteiras não era muito utilizada, logo, realizei um pequeno inquérito junto das duas pessoas com quem interagi no estágio a fim de averiguar qual o enquadramento desta temática no tecido empresarial onde estive inserida.

Deste modo, realizei um inquérito através da entrevista, constituído por sete questões onde é realizada uma pequena análise, tendo em consideração a carteira de clientes do gabinete de contabilidade, desde a forma em como as empresas atuam no mercado de ações e se esta interação com o mercado se traduz numa forma efetiva de investimento para as empresas.

Assim, ambas as inquiridas assumem ter tido contacto com a NCRF 27, uma vez que se aplica à mensuração de outros instrumentos financeiros, que não apenas a mensuração dos resultados obtidos através do investimento no mercado bolsista.

A carteira de clientes deste gabinete é maioritariamente constituída por trabalhadores por conta própria e micro entidades, o que de alguma forma impossibilita o investimento em ações por parte destes pequenos investidores que compõem o tecido empresarial da nossa área de atuação. Por esta razão, a entidade assume que do seu portefólio de clientes, investem em ativos de risco menos de 10 clientes, pelo que foi possível apurar durante todo o ano de 2017.

Considerando a pequena amostra, ambas as inquiridas assumem que os ativos são adquiridos através das instituições bancárias onde os clientes têm conta, e que são estas as que os aconselham quanto ao risco em que podem incorrer, bem como tratam também do seguimento do comportamento das ações, uma vez que na maioria dos casos, o investidor não possui o conhecimento necessário para fazer um bom acompanhamento e estudo dos possíveis cenários de investimento. Por estas razões optam por colocar na instituição bancária a autonomia para realizarem as ordens de compra e/ou venda, e desta forma não têm mais essa preocupação no quotidiano da sua atividade empresarial.

Quanto à utilidade desta ferramenta como fundo de investimento para micro entidades, o gabinete considera que seria uma opção como forma de amplificar o leque de atração de investimento por parte do capital alheio, uma vez que o empréstimo tradicional requer alguns parâmetros que para algumas empresas pode condicionar a sua viabilidade.

Porém, ambas as funcionárias assumem que tecido empresarial ainda não está preparado para fazer investimentos na bolsa de valores, uma vez que é maiormente constituído por empresários com poucos conhecimentos académicos e algumas limitações a nível tecnológico, apesar dos avanços da tecnologia, mas também não fazem este tipo de investimento por comodidade e confiança no sistema financeiro tradicional.

3.2- Análise dos resultados, limitações e possíveis melhorias

Como análise da pertinência do inquérito realizado e do tema escolhido, concluo que o inquérito sob a forma de entrevista foi a forma que mais se adequaria para fazer um mapeamento simples da atividade empresarial ao nível da gestão de carteiras.

Relativamente à gestão de carteiras como tema de abordagem ponderando o local onde foi realizado o estágio, não foi possível aportar nada de novo ao campo dos ativos financeiros e da

sua contabilização. Este resultado menos positivo da experiência pode ter como causa a percepção pouco real do mercado onde o gabinete atua, e também pouca percepção das diversas tarefas que estes desempenham, uma vez que as suas tarefas não passam tanto pela área financeira, mas sim contável e fiscal.

Na minha perspetiva, um dos pontos que podia ser melhorado seria dar aos clientes do gabinete uma informação com melhor qualidade a nível financeiro e das opções de financiamento, com base numa maior qualificação dos funcionários para a vertente financeira. Desta forma, os clientes teriam ao seu dispor outras ferramentas financeiras, nomeadamente o investimento em bolsa, e com o apoio do gabinete para uma melhor gestão dos seus ativos.

Para futuro, se houver a oportunidade de trabalhar/estagiar na área da gestão de carteiras optaria por escolher não um gabinete de contabilidade, mas uma empresa de consultoria que atue nos mercados financeiros, onde fosse possível fazer um estudo do tipo de clientes e o investimento feito por eles, bem como o tipo de acompanhamento dado.

Capítulo IV- Conclusões

O presente relatório teve como primeiro ponto a análise do tópico “A Gestão de Carteiras e a Contabilização de Instrumentos Financeiros”, uma vez que os ativos financeiros utilizados pelas pequenas sofreram alteração ao longo dos anos, quer por crises financeiras, quer pela conseqüente queda de instituições bancárias a que se assistiu nos últimos meses.

Muitos são os teóricos que se debruçam sobre o tema, e os trabalhos empíricos que têm aparecido para percebermos que os ativos financeiros são muitos e cada um deles pode gerar um “cocktail” de rendibilidades e riscos distintos que devem ser analisados, pois com a evolução dos estudos, o aparecimento de novos tipos de ativos será mais frequente. Deste modo, o trabalho desenvolvido acrescenta uma visão das diversas vertentes dos ativos financeiros e da sua multiplicidade de opções para atingir um determinado retorno a um risco controlado. Depois de expor todas as opções que englobam os instrumentos financeiros, é fácil deduzirmos que o tecido empresarial português não está a aproveitar todas as opções possíveis de investimento/captação de capital alheio, uma vez que existe um mercado com pouca exploração por parte dos empresários.

Por esta razão, no decorrer do estágio, foi realizado um pequeno inquérito a fim de apurar as ferramentas efetivas utilizadas pelos empresários/investidores a nível pessoal que constituem o nosso tecido empresarial, no qual atua o gabinete de contabilidade que me acolheu. Assim, foi possível efetivar que a gestão de carteiras ainda não está ao alcance do pequeno empresário, uma vez que as duas principais razões para a sua não utilização são, por um lado a falta de conhecimento prático por parte do detentor de capital, que ainda em grande número, não possui valências a nível informático e financeiro para fazer uma tomada de decisão fundamentada. Por outro lado, outra razão apontada é a falta de confiança generalizada no mercado de capitais, um pouco descredibilizado pelas conseqüências de uma crise económica recente e receio em relação ao futuro.

Com a elaboração deste relatório foi possível desenvolver muitas ferramentas e conhecimento, a nível de instrumentos financeiros, que não tinha tido oportunidade de explorar anteriormente. O gabinete proporcionou-me também um ambiente onde tive contacto com diversas empresas de tamanhos diferentes e de ramos muitos diversificados, sendo interessante a diversidade de investidores, ainda que pequenos, mas com vontade de crescer.

Num segundo ponto do relatório, relacionado com o estágio, tornou-se numa muito boa aposta, uma vez que havia aspetos muitos importantes para poder exercer a profissão, mas que ainda não tinha tido contacto e não tinha tido um ambiente tão propício à aprendizagem e evolução.

No decorrer destes meses, foi possível interagir com novas pessoas no local de trabalho, nomeadamente as companheiras do escritório, clientes e fornecedores, algo que também ajudou a evoluir de forma profissional e pessoal, aumentando a minha capacidade de integração no meio laboral.

De um modo conclusivo, a realização deste mestrado e estágio culminaram num conjunto de experiências e conhecimentos científicos e sociais que serão basilares na continuação do meu percurso académico e profissional, na área da contabilidade.

Bibliografia

- Bico, J. P. (2016). *Sobre o Contágio nos Mercados Bolsistas Internacionais: Evidência de Nove Países*. Lisboa: IPL- Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa.
- Bilhim, J. (2013). *Ciência da Administração*. Lisboa: ISCSP.
- Brandão, E. (1998). Gestão de Carteiras. Em E. Brandão, *Estudos de Gestão* (pp. 145-161).
- Brones, F., Carvalho, m., & Zancul, E. (2014). Ecodesign in project management: a missing link for the integration of sustainability in product development? *Journal of cleaner production*, 106-118.
- Caiado, A. C. (2015). *Contabilidade de gestão*. 8ª Edição: Áreas.
- Carvalho, L., Bernardo, M., & Negas, M. (2014). *Gestão das Organizações- Uma abordagem integrada e prospetiva*. Lisboa: Sílabo.
- Carvalho, M., Lopes, P., & Marzagão, D. (2013). Gestão do portfólio de projetos: contribuições e tendências da literatura. 433-454.
- Chao, R., & Kavadias, S. (2008). *A theoretical framework for managing the new product development portfolio: when and how to use strategic buckets*. Management science.
- Coelho, M. (2012). *Contabilidade analítica e de Gestão*. Coimbra: Almedina S.A.
- Cooper, R., & Edgett, S. (2004). Benchmarking best NPD practices. *I. Research- Technology management*, pp. 31-43; 50-59.
- Cooper, R., Edgett, S., & Kleinschmidt, E. (1999). New product portfólio management: practices and performance. *Journal of product innovation management*, 333-351.
- Corujas, F. J. (2013). *A adoção da NCRF 27: um estudo de caso*. Lisboa: U. Porto- Faculdade de Economia.
- Csordas, T. (2009). Introduction: modalities of transnational transcendence. *Transnacional transcendence, U. California*, 1-29.
- Dean, J., & Jr. and Sharfman. (1996). *Does decision process matter? a study of strategic decision-making effectiveness*.
- Fallis, A., Bodie, Z., & Marcus, A. (2013). Essentials of investments. *Journal of chemical information and modeling (9th ed.)*.
- Fini, A., Rashidi, T., Akbarnezhad, A., & Waller, T. (2015). Incorporating multiskilling and learning in the optimization of crew composition. *J. construction engineering management*.

- Hasamzadeh, M. R., Behrooz, A., & Gholam, A. (2016). An improved performance measurement approach for knowledge-based companies using Kalman Filter Forecasting Method. *Mathematical problems in Engineering*, article ID4831867, 15.
- Hassan, N., Malik, M., Amjad, M., & Mehboob, H. (2014). Effect of working capital management on firm performance: an empirical study of non-financial listed firm in Pakistan. *Journal of academic research in business and social sciences*, 114-132.
- Hegel, G. (1940). *Cursos de Estética. 2 ed.* São Paulo: Tradução: Marco Aurélio Werle.
- Hung, M. (2014). *Evaluating Types of asset enhancement makes the shopping centers more competitive.* Hong Kong: Master of housing management.
- Jerbrant, A., & Karrbom-Gustavsson, T. (2013). Managing project portfolios: balancing flexibility and structure by improving. *Journal management and project business*, 131-151.
- Jonas, D. (2010). Empowering project portfolio managers: how management involvement impacts project portfolio management performance. *Journal project and management*, 818-831.
- Kester, L., Griffin, A., Hultink, E., & Lauche, K. (2011). Exploring portfolio decision-making processes. *Journal of product innovation management*, pp. 641-661.
- Khalili-Damghani, K., & Tavana, M. (2014). A comprehensive framework for sustainable project portfolio selection based on structural equation modeling. *Journal of Project Management*, 83-97.
- Kiesler, S., Siegel, J., & McGuire, T. (1984). Social psychological aspects of computer-mediated communication. *American Psychologist*, 1123-1134.
- Kutsch, E., & Hall, M. (2009). The rational choice of not applying project risk management in information technology projects. *Journal Project and Management*, 72-81.
- Lopes, C. G. (2011). *Anúncios de Dividendos: A reação do Mercado de Capitais Português.* Leiria: IPL- Escola Superior de Tecnologia e Gestão.
- Lytvynenko, L. (2016). *Verificação e Aplicação do Modelo CAPM no Mercado Bolsista Português.* Lisboa: U. Lisboa- Faculdade de Ciências.
- Mályusz, L., & Hajdu, M. (2009). How would you like it: cheaper or shorter. *Technology & management in construction: an international journal*, 59-63.
- Markowitz, H. (1959). *Portfolio selection: efficient diversification of investments.* New York, USA: John Wiley & Sons.
- Martinsuo, M., & Poskela, J. (2011). Use of evaluation criteria and innovation performance in the front end of innovation. *Journal project and management*, 896-914.

- Mendes, A. (04 de 07 de 2001). O papel das novas tecnologias da informação na estruturação das organizações na sociedade da informação e na modernização da administração. *O caso da segurança social*.
- Modica, J., Braun, E., & Rabechini, R. (2010). Priorization of a portfolio Projects. *IN. Proceedings of the 8th international pipeline conference*. Canada.
- Neves, B. F. (2010). *Instrumentos de cobertura e o seu reconhecimento no âmbito da NCRF 27*. Coimbra: U. Coimbra: Faculdade de Economia.
- Nyberg, H. (2012). Risk-return tradeoff in US stock returns over the business cycle. *Journal of financial and quantitative analysis*, 137-158.
- Olsson, R. (2008). Risk management in a multi-project environment: an approach to manage portfolio risks. *Journal Qual. Reliab. Manag.*, 60-71.
- Patanakul, P. (2015). Key attributes of effectiveness in managing project portfolio. *Journal of project management*, 1084-1097.
- Petrini, M., & Marlei, P. (2010). Integrating sustainability into business practices: learning from brazilian firms. *Brazilian administration review*, 363-378.
- Pires, B. M. (2016). *A Gestão Ativa de Carteiras: uma análise a estratégias predefinidas*. Coimbra: U. Coimbra- Faculdade de Economia.
- Sanchez, H., Robert, B., Bourgault, M., & Pellerin, R. (2009). Management applied to projects, programs, and portfolios. *journal management and portfolios business*, 14-35.
- Silvius, G., & Schipper, R. P. (2014). Sustainability in project management: a literature review and impact analysis. *Social Business*, pp. 3-96.
- Siqueira, L., & Crispim, S. (2014). Alinhamento dos projetos de TI aos modelos de negócio das organizações. *Gestão & Produção*, 621-634.
- Smetana, K. &. (2015). *Handbook of moral development*. Editado por VALA, J.; Waldzus, S.; Callheiros, M.
- Teller, J. (2013). Portfolio Risk management and its contribution to project portfolio success: an investigation of organization, process and culture. *Journal project and management*, 36-51.
- Teller, J., & Kock, A. (2013). An empirical investigation on how portfolio risk management influences project portfolio success. *Journal Project and management*, 817-829.
- Tiwari, S. (2013). *The ethics and governance of stem cell clinical research in India*. U. Nottingham.

Tsap, K. (2016). *A gestão de Ativos em Portugal: Qual o impactoda crise nas políticas de investimento*. Lisboa: IPL- Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa.

Weber, M. (1982). *A política como vocação*, In: *Mills, W. & Geerth, H. (orgs)*. Rio de Janeiro: Zahar, p.97-153.

Legislação

- Decreto Lei Nº198/2012 de 24 de agosto
- Decreto Lei Nº10/2015 de 16 de janeiro

Referências WEB

- <http://www.oroc.pt/fotos/editor2/Revista/56/Auditoria.pdf>
- https://www.occ.pt/dtrab/trabalhos/xviicica//finais_site/220.pdf
- <https://www.consultoriofiscal.website/ncrf-27-instrumentos-financeiros>
- <https://dre.pt/pesquisa/-/search/174543/details/maximized>

Anexo I

Balanço de 31/12/2017 de uma empresa cliente

Demonstração individual dos resultados por naturezas
Período findo em 31 de Dezembro de 2017

Valores em Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	PERIODOS	
	31-12-2017	
Vendas e serviços prestados	929 542,21	734 036,50
Subsídios à exploração		
Ganhos/perdas imputados de subs., assoc. e empreendimentos conjuntos		
Variação nos inventários da produção		
Trabalhos para a própria entidade		
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	521 353,42	441 323,05
Fornecimentos e serviços externos	128 517,68	115 623,47
Gastos com o pessoal	197 300,89	151 525,52
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		
Provisões (aumentos/reduções)		
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis		
Aumentos/reduções de justo valor		
Outros rendimentos e ganhos	1 623,68	15 827,78
Outros gastos e perdas	13 118,18	11 607,44
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	70 875,72	29 784,80
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	38 864,01	29 768,76
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	32 011,71	16,04
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros e gastos similares suportados	5 087,02	1 330,74
Resultado antes de impostos	26 924,69	-1 314,70
Imposto sobre o rendimento do período		
Resultado líquido do período	26 924,69	-1 314,70

Anexo II

Demonstração de Resultados por Naturezas de 31/12/2017 de uma empresa cliente

Demonstração individual dos resultados por naturezas
Período findo em 31 de Dezembro de 2017

Valores em Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	PERIODOS	
	31-12-2017	
Vendas e serviços prestados	929 542,21	734 036,50
Subsídios à exploração		
Ganhos/perdas imputados de subs., assoc. e empreendimentos conjuntos		
Variação nos inventários da produção		
Trabalhos para a própria entidade		
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	521 353,42	441 323,05
Fornecimentos e serviços externos	128 517,68	115 623,47
Gastos com o pessoal	197 300,89	151 525,52
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		
Provisões (aumentos/reduções)		
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis		
Aumentos/reduções de justo valor		
Outros rendimentos e ganhos	1 623,68	15 827,78
Outros gastos e perdas	13 118,18	11 607,44
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	70 875,72	29 784,80
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	38 864,01	29 768,76
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	32 011,71	16,04
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros e gastos similares suportados	5 087,02	1 330,74
Resultado antes de impostos	26 924,69	-1 314,70
Imposto sobre o rendimento do período		
Resultado líquido do período	26 924,69	-1 314,70

Anexo III

Lançamento de processamento de salários de uma empresa cliente

The screenshot shows the 'Lançamento' (Journal Entry) window in Sage ERP. The window title is 'Lançamento' and it displays a table of 10 entries with debit and credit amounts. The total debit is 18,375.03 and the total credit is 18,375.03. The interface includes a sidebar with navigation options like 'Configuração', 'Listas', and 'Recentes'.

Linha	tp.doc.	Nº	C	Código conta	Descrição	Débitos	Créditos	Moe
1	Fact.		G	63.2.1.1	Ordenados Administrativos	10 550,28		e
2	Fact.		G	63.5.1	Encargos Administrativos	2 737,23		e
3	Fact.		G	63.2.1.7	Subsídio de Alimentação	1 626,75		e
4	Fact.		G	63.2.1.4	Subsídio de Férias	800,00		e
5	Fact.		G	63.2.1.6	Prémios e Incentivos	1 452,61		e
6	Fact.		G	63.2.1.3	Ajudas de Custo	1 208,16		e
7	Fact.		G	24.5	Contribuições para a Segurança Social		4 103,55	e
8	Fact.		G	23.1.2	Ao pessoal		11 214,73	e
9	Fact.		G	24.2.1.01	IRS TRABALHO DEPENDENTE		1 430,00	e
10	Fact.		G	23.1.3.01	CARTÃO REFEIÇÃO		1 626,75	e

Summary: Total Débitos: 18 375,03; Total Créditos: 18 375,03.